

# LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

---

María Clara Paixão de Sousa

---



## Introdução

*“A história é uma canção que deveria cantar-se a muitas vozes, aceitando também o inconveniente de que com frequência as vozes se cobrem umas às outras.”*

F. Braudel<sup>1</sup>

Falaremos aqui sobre a lingüística histórica, e já de partida nos espreita o problema da sua definição exata, que não enfrentaremos. Aqui não tentaremos definir “*o que é lingüística histórica*”; mas sim compreender “*o que tem sido a lingüística histórica*” em diferentes contextos da reflexão sobre as línguas: qual tem sido seu objeto de reflexão, quais têm sido suas principais perguntas. A começar pelo problema do objeto de reflexão, vamos partir de uma delimitação inicial: consideremos que os estudos históricos sobre as línguas têm se ocupado *da linguagem sob a chave do tempo*. Mas conforme se conceba “*linguagem*”, e conforme se conceba o “*tempo*”, essa delimitação vai adquirir diferentes significados.

Assim vão se construir diferentes dinâmicas teóricas em torno de algumas perguntas centrais: “*As línguas sofrem o efeito do tempo? Porque, e como? Como podemos estudar esses efeitos?*” Nesta exposição lembraremos alguns dos caminhos já percorridos na investigação dessas questões.

Nosso fio condutor será a abordagem da lingüística histórica como um campo de reflexão onde têm se articulado diferentes concepções de língua, e diferentes concepções de história. Um ponto específico dessa articulação precisa ser salientado: a contingência fundante do fazer histórico, que é a separação entre o tempo da análise e o tempo do objeto analisado. De fato: ao fazer a história das línguas, como ao fazer qualquer história, estamos abordando processos aos quais já não temos acesso direto. Essa impossibilidade dos métodos de “*observação imediata*” deixa duas alternativas principais aos estudos históricos: o recurso à documentação, e o recurso à reconstrução. Ao longo do tempo, diferentes abordagens históricas sobre as línguas

---

1. No contexto: “É, além disso, uma tentativa de história de uma nova espécie, uma história global, escrita em três registros diferentes, a três níveis diversos, ou (e prefiro esta expressão) três diferentes temporalidades, sendo meu objetivo abarcar em toda a sua multiplicidade todos os diferentes tempos do passado, e afirmar sua coexistência, suas interferências, suas contradições e a riqueza de experiências que contêm, e que nos brindam. A história, a meu modo de ver, é uma canção que deveria cantar-se a muitas vozes, aceitando também o inconveniente de que com frequência as vozes se cobrem umas às outras. Nunca houve uma voz que se tenha imposto para cantar um solo, rechaçando qualquer classe de acompanhamento. Como se poderia, então, perceber, no sincronismo de um só instante, e como por transparências, as histórias diferentes que a realidade superpõe?” *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Edição do Fondo de Cultura Economica, México, 1997; 787-788.

enfatazaram a documentação, ou a reconstituição; na maior parte dos casos, buscaram-se combinar as duas esferas de análise. Essas diferentes respostas à contingência da separação entre o tempo do acontecimento e o tempo do conhecimento desenharam diferentes “*Linguísticas Históricas*”.

## 1. Caminhos Percorridos

### 1.1 A *Linguística Histórica* nos 1800

*“Da mudança que as línguas fazem per discurso de tempo:  
Assi como em todas as cousas humanas ha continua mudança & alteração,  
assi he tambem nas lingoages?”  
Duarte Nunez de Lião <sup>2</sup>*

É costume situar-se o surgimento da “*lingüística histórica*” no século XIX, a partir do grande corpo de estudos genéticos construído na Europa, sobre as origens comuns e os desenvolvimentos históricos particulares de diferentes idiomas.

Entretanto, não é demais lembrarmos que o interesse pelas histórias das línguas é muito anterior ao século XIX. A *lingüística* oitocentista não “*inventou*” nem “*descobriu*” os estudos da mudança *lingüística*, nem tampouco a idéia do parentesco entre essas línguas. Isso é evidenciado exemplarmente pela a reflexão *lingüística* a partir do Renascimento europeu nos territórios da antiga “România”, toda ela marcada pela questão crucial da determinação de filiação dos diferentes vernáculos em relação ao latim.

A observação das semelhanças entre idiomas como o italiano, o castelhano, o francês, ou o português entre si (aliada ao conhecimento da história de colonização românica dos territórios onde esses “*vernáculos*” eram falados) trouxe desde séculos a idéia de uma *herança lingüística* latina. De outro lado, os tratados renascentistas preocupam-se também em compreender a diversificação desses idiomas de mesma origem – ou seja, procuram explicar o problema da mudança. Assim, as noções de identidade genética e diversificação histórica estão já presentes na reflexão sobre a língua muito antes do século XIX; e os tratados produzidos sobre as “*Origens*” das línguas faladas nos reinos da Europa Ocidental formam um corpo de conhecimento que (mesmo nem sempre sendo considerado precursor dos estudos *lingüísticos* “*científicos*”<sup>3</sup>) certamente é um contribuinte na construção da idéia que o século XIX irá desenhar sobre os idiomas europeus, suas gêneses, seus parentescos.

No entanto, a reflexão *lingüística* dos 1800 representa um marco divisor na história das histórias do tempo e da linguagem, por inaugurar uma concepção inteiramente nova dos condicionantes dessa relação, e construir um novo plano para sua análise. É antes de tudo na tentativa de se combinar a esfera documental com a esfera experimental que aparecem os desdobramentos mais interessantes dos estudos históricos da língua ao longo do século XIX: eles buscarão articular as duas esferas em um mesmo plano de análise, construindo a abordagem histórico-comparada.

---

2. A “*Origem da Língua Portuguesa*” está disponível em edição fac-similar na coleção virtual da Biblioteca Nacional de Lisboa, <<http://purl.pt/50/>> (28.04.2005).

3. A reflexão sobre a linguagem anterior ao século XIX e que é considerada como “*antecedente científica*” da *lingüística* tem sido localizada nos estudos dos gramáticos lógicos no ambiente de Port-Royal. Para a tradição da Gramática Lógica, nem a história nem o decorrer do tempo são alvos relevantes de reflexão.

Para explorar um pouco as idéias trazidas por essa tradição, vamos prosseguir com o exemplo das chamadas “*linguas românicas*” ou “*neolatinas*”. Como já mencionamos, as semelhanças entre esses idiomas faz pensar em uma identidade (gênese comum); mas ao mesmo tempo, as diferenças entre eles obrigam a explicar a diversificação (mudanças). Entretanto, nos diferentes processos de diversificação, a tradição histórico-comparada observará regularidades compatíveis com a idéia de herança comum.

Vamos a um caso de sistematização proposto por essa tradição, tal como lembrado por R. Ilari (1992), e aqui resumido no Quadro I a seguir. Tomando o exemplo do termo latino ‘*novu*’, observa-se que ‘*o*’ breve (aberto e acentuado) latino se converteu em ‘*o*’ acentuado no português; em um ditongo ‘*ue*’ no castelhano; em ‘[*ae*]’ ou ‘[*oe*]’ (grafia ‘*eu*’) no francês; e em ‘*uo*’ (antes de vogais) em italiano. A mesma regularidade se observa nas séries derivadas das formas latinas ‘*movet*’, ‘*mordit*’, ‘*porta*’ e ‘*populu*’ (itens 1 do Quadro I). Em contraste, o ‘*o*’ breve (fechado) latino conserva-se como ‘*o*’ em todos os idiomas neolatinos, exceto o francês (por exemplo, do latim ‘*hora*’, o termo português ‘*hora*’; o castelhano ‘*hora*’; o italiano ‘*hora*’; e o francês ‘*heure*’ – itens 2 no Quadro I):

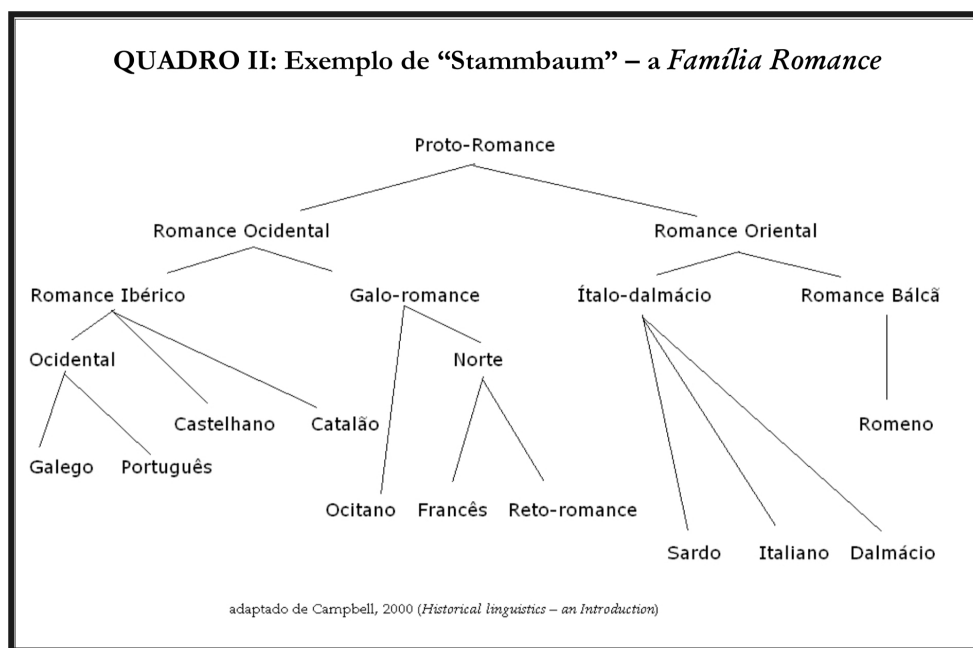
<b>QUADRO I: Séries comparativas no romance</b>					
	latim	português	castelhano	francês	italiano
(1) <i>o</i> breve:	<i>novu</i> <i>movet</i> <i>mordit</i> <i>porta</i> <i>populu</i>	novo move morde porta povo	nuevo mueve muerde puerta pueblo	neuf meut mord porte peuple	nuovo muove morde porta popolo
(2) <i>o</i> longo:	<i>flore</i> <i>hora</i> <i>solu</i> <i>famosu</i> <i>cohorte</i> <i>prosa</i>	flor hora só famoso corte prosa	flor hora solo famoso corte prosa	fleur heure seul fameux cour prose	Fiore hora solo famoso corte prosa
(3) <i>u</i> breve:	<i>gula</i> <i>juvenoe</i> <i>ulmu</i> <i>unda</i> <i>bucca</i> <i>furnu</i> <i>musca</i>	gola jovem olmo onda boca forno mosca	gola joven olmo onda boca horno mosca	gueule jeune orme onde bouche four mouche	Gola giovane olmo onda bocca forno mosca
(4) <i>u</i> longo:	<i>luna</i> <i>virtute</i> <i>mutare</i>	lua virtude mudar	luna virtud mudar	lune vertu muer	Luna virtù mutare

(adaptado de R. Ilari, “Linguística Românica” (Ilari 1992:23)).

A lingüística histórica constrói, a partir dos 1800, uma metodologia para estudar essas regularidades, permitindo categorizar e justificar a identidade genética e a evolução paralela de cada idioma em um grupo aparentado. A recomposição (ou *reconstrução*) das etapas passadas em cada ramo de cada família de línguas se baseava fundamentalmente em fatos estruturais disponíveis para a observação – provavelmente processos morfológicos ou fonológicos tais como os exemplificados no quadro acima.

De modo geral, as mudanças internamente motivadas e regidas por leis fonéticas remetem a instabilidades internas que podem resultar em diferentes processos de pressão sobre as formas estabelecidas: por exemplo, pressões do entorno de um som no corpo da palavra provocam assimilação entre sons consecutivos. Entre esses processos sistematizados pela lingüística histórica tradicional, estão a *assimilação* (*progressiva* e *regressiva*), a *dissimilação*, as *deleções* (*síncope*, *apócope*, *aférese*) a *epêntese* ou *inserção* (*prótese*, *excrescência*, *paragoge*), o *alongamento*, o *rotacismo*, entre outras leis fonéticas<sup>4</sup>. No processo de investigação sobre esses mecanismos internos, os lingüistas dos 1800 erguem um edifício de conhecimento sobre as línguas e suas estruturas, cujas fundações seguirão como referências importantes depois da formação da “*Lingüística Moderna*” no século seguinte.

No centro da reflexão histórico-comparada está o conceito de famílias de línguas geneticamente relacionadas e derivadas paralelamente a partir de uma “*língua-mãe*”. Como exemplo, vemos no Quadro II a seguir a genealogia da *Família Romance*, tal como reconstruída pela tradição da lingüística histórica (aqui, na adaptação de L. Campbell, 2000):



4. Para uma listagem detalhada, com exemplos, dessas Leis Fonéticas, e também das sistematizações das regras para a mudança morfológica e derivas semânticas, pode-se consultar L. Campbell, “*Historical linguistics – An Introduction*”; em especial, os capítulos 2 (*Sound Change*), 4 (*Analogical Changes*), 5 (*The comparative method and linguistic reconstruction*) e 8 (*Internal Reconstruction*).

A reflexão lingüística do século XIX estudou, pelo viés da genética, diversas outras “famílias” entre as línguas conhecidas; e a idéia das “famílias de línguas” se torna, a partir disso, um dos conceitos mais difundidos da lingüística – percolando, note-se, para outras áreas do conhecimento que hoje consideráramos distantes de nossos horizontes disciplinares (notavelmente, para os estudos da gênese e evolução dos organismos biológicos).

Uma das vertentes do método comparado foi fundamentalmente experimental (ou indutiva): ou seja, procurou recuperar reversamente os eventos de mudança, sem necessariamente recorrer à documentação de cada etapa passada. O espírito mais amplo dessa reflexão foi o de buscar chegar a uma genética abrangente que permitisse, ultimamente, reconstruir a *Língua-Mãe Original* (a “*Ursprache*”), a mãe de todas as línguas. Ou seja: que permitisse descrever línguas (ou estágios de línguas) que não deixaram registro documental; é o caso do proto-romance (na árvore acima), ou, em certa medida, do latim vulgar (como trataremos mais adiante). Já a abordagem histórico-comparada acrescenta à análise uma dimensão documental, combinando a reconstrução com a busca de registros dos eventos passados.

Fundamentalmente, porém, tanto a tradição comparada como a histórico-comparada procuravam recompor, a partir de um conjunto de fenômenos recortados no presente, um passado compreendido como sucessão de etapas cronológicas linearmente agrupadas, unidirecionalmente orientadas – e portanto, *reversamente recuperáveis*.

Esta perspectiva implica num pressuposto forte: o de que as línguas naturalmente mudam com o tempo. Ou seja: na tradição genética, qualquer língua, em qualquer contexto (espacial, temporal, social), sofre e sofrerá necessariamente mudanças. Esta reflexão concebe portanto a mudança como processo internamente motivado: as línguas *engendram sua própria evolução*. Note-se, neste sentido, que um dos axiomas do método histórico comparativo é a aceção da árvore genealógica de forma a que cada “língua-filha” tenha apenas uma “língua-mãe” (uma árvore genealógica tradicional se construirá, portanto, sempre no sentido da *abertura*, da expansão dos ramos, nunca no sentido da junção ou *afunilamento* dos ramos). Isso confere pouca importância ao contato entre idiomas, e no extremo fundamenta afirmações como a de M. Müller no sentido de que a mudança lingüística nunca pode ser explicada como fruto da mistura, por contato, entre idiomas diferentes – não haverá, portanto, línguas com duplo parentesco: “*não há línguas mistas*”.

Mas o ponto de vista oposto não tarda a ser proposto: Hugo Schuchardt afirmará em 1884: “*não há línguas puras*”. Para Schuchardt, não haveria razão para se acreditar que uma língua *necessariamente* sofrerá mudanças. Apenas o contato com outras línguas pode provocar a mudança em um idioma. Nesta perspectiva, portanto, a mudança é sempre *externamente motivada*; na linha dos gramáticos oitocentistas representada por Müller, sempre *internamente motivada*. Já vemos portanto que, para além do resumo necessariamente simplificado que aqui apresentamos, a lingüística histórica dos 1800 constrói tendências que dialogam a partir de pontos de vista distintos em diversos aspectos<sup>5</sup>.

---

5. Para uma descrição detalhada das diferentes linhas, remeto ao “*Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*”, O. Ducrot e T. Todorov, 1972 (pp. 19 a 29 na edição em português de 1988).

De todo modo, a principal herança da reflexão do século XIX para os estudos históricos se localiza nas abordagens mais lineares, nas quais a herança comum e os desenvolvimentos particulares em cada “*família de línguas*” serão conceituados internamente, e nas quais se os efeitos do tempo sobre as línguas são tidos como condicionados por regras gerais definidoras concebidas como leis naturais. É, de fato, a busca pela compreensão destas leis que marca e que dá sentido à reflexão lingüística dos 1800<sup>6</sup>.

A tradição oitocentista portanto recorta, descreve e explica os fenômenos da linguagem do ponto de vista do binômio gênese-evolução. Será em contraposição à abordagem assim constituída que no início do século seguinte Ferdinand de Saussure irá traçar o *corte fundador* da lingüística moderna.

## 1.2 A Lingüística Histórica nos 1900

### 1.2.1 O corte saussureano

*"Poucos lingüistas percebem que a intervenção do fator tempo é de molde a criar, para a lingüística, dificuldades particulares, e que ela lhes coloca a ciência frente a duas rotas absolutamente divergentes".*

E. Saussure<sup>7</sup>.

No início dos 1900, a fundação do estruturalismo vai afastar o foco das preocupações centrais da reflexão lingüística para longe da dimensão *dinâmica* que foi central nos oitocentos, e trazê-lo para a dimensão *estática* dos fenômenos.

O gesto de Saussure com maior efeito na discussão que exploramos aqui é a sua separação *sincronia-diacronia*, ou melhor dito: a sua proposta de que o objeto-língua pode ser estudado fora da dimensão dos efeitos do tempo. Mas a intervenção de Saussure é, antes de tudo, fundadora de um objeto-língua definido como *sistema*, e do interesse científico pelas relações entre os termos no interior de cada sistema estaticamente considerado. É nesse contexto que toma sentido sua discussão sobre o binômio *diacronia-sincronia*, colocado como uma questão de *dinâmica versus* estática.

Ou seja, a lingüística, antes de absorver a cisão entre sincronia e diacronia, precisa absorver a cisão entre Língua e Fala, *Langue* e *Parole*, e a suspensão do objeto-língua em um plano abstrato no qual possa ser observado, descrito e teorizado de modo inteiramente independente de sua realidade histórica – e mesmo, de sua dimensão temporal. Para explorar um pouco desse corte saussuriano fundamental em relação à dimensão temporal dos fatos de língua, podemos retomar a conhecida metáfora do *jogo de xadrez*, com que Saussure ilustra a dualidade *sincronia/diacronia*:

6. Por sinal, se tomarmos em conta o contexto mais amplo no qual a reflexão lingüística dos 1800 construiu o corpo metodológico fundador da lingüística como disciplina “científica”, vemos que mais que dizer que a “*lingüística histórica*” é construída no século XIX, será mais interessante dizer que a “*lingüística*” no século XIX se constitui na perspectiva histórico-evolutiva, de modo coerente com o ambiente teórico geral da época na Europa. Nessa perspectiva, o tempo age sobre as línguas como age sobre a natureza e as sociedades, ou seja pela ação da seleção ordenada por leis internas.
7. Curso de Lingüística Geral, cap III: Lingüística Estática e Lingüística evolutiva; p.94 em Saussure 1916 (1995).



### QUADRO III

#### Metáfora da partida de xadrez – F. Saussure, c. 1915

“Mas de todas as comparações que se poderiam imaginar, a mais demonstrativa é a que se estabeleceria entre o jogo da língua e uma partida de xadrez. De um lado e de outro, estamos em presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações. Uma partida de xadrez é como uma realização artificial daquilo que a língua nos apresenta sob forma natural.

Vejamo-la mais de perto.

Primeiramente, uma posição de jogo corresponde de perto a um estado da língua. O valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos.

Em segundo lugar, o sistema nunca é mais que momentâneo; varia de uma posição a outra. É bem verdade que os valores dependem também, e sobretudo, de uma convenção imutável: a regra do jogo, que existe antes do início da partida e persiste após cada lance. Essa regra, admitida de uma vez por todas, existe também em matéria de língua; são os princípios constantes da Semiologia.

Finalmente, para passar de um equilíbrio a outro, ou – segundo nossa terminologia – de uma sincronia a outra, o deslocamento de uma peça é suficiente; não ocorre mudança geral. Temos aí o paralelo do fato diacrônico, com todas as suas particularidades. Com efeito:

a) Cada lance do jogo de xadrez movimentava apenas uma peça; do mesmo modo, na língua, as mudanças não se aplicam senão a elementos isolados.

b) Apesar disso, o lance repercute sobre todo o sistema; é impossível ao jogador prever com exatidão os limites desse efeito. As mudanças de valores que disso resultem serão, conforme a ocorrência, ou nulas ou muito graves ou de importância média. Tal lance pode transtornar a partida em seu conjunto e ter consequências mesmo para as peças fora de cogitação no momento. Acabamos de ver que ocorre o mesmo com a língua.

c) O deslocamento de uma peça é um fato absolutamente distinto do equilíbrio precedente e do equilíbrio subsequente. A troca realizada não pertence a nenhum dos dois estados: ora, os estados são a única coisa importante.

Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou por outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes. Tudo isso se aplica igualmente à língua e consagra a distinção radical do diacrônico e do sincrônico. A fala só opera sobre um estado de língua, e as mudanças que ocorrem entre os estados não têm nestes nenhum lugar”. (...)

(Saussure 1915(1995):104-105)

Essa metáfora explicita como, para o objeto-língua definido como sistema de valores, os efeitos do tempo não são relevantes. É possível entender a importância da distinção entre cada *estado* do jogo (ou seja, a posição das peças no tabuleiro em dado momento) e cada *movimento* das peças para a perspectiva saussuriana: no primeiro caso estamos diante do sistema, que é o objeto da reflexão. Do ponto de vista do sistema em cada momento, o jogo de oposições – ou seja, o estabelecimento de valores para cada “peça” – nada tem a dever à origem da posição (isto é: uma posição de xeque não será mais ou menos perigosa por ter resultado de um movimento do cavalo desde a esquerda ou de um movimento do cavalo desde a direita).

Evidentemente, na língua os estados e transições não são claramente destacáveis entre si como num jogo de tabuleiro. Assim, nem a posição estática das peças nem a transição entre elas é que de fato se prestam à comparação com a sincronia e a diacronia na esfera da língua. O que poderíamos comparar é a abordagem dos fatos em cada caso; ou seja, qual a visão do “*curioso que vem espiar o estado do jogo*” e a visão do que acompanhou toda a partida. O que vê e se ocupa apenas do estado do tabuleiro no momento “x” toma a perspectiva sincrônica. Aliás: mesmo aquele que vê e se ocupa de toda a coleção de momentos “x” subsequentes no jogo, mas isoladamente entre si, ainda assim está na perspectiva sincrônica. Em contraste, aquele que se interessa pela seqüência de modificações entre as posições das peças ao longo do tempo de jogo, este estará na perspectiva diacrônica. Dito de outro modo, é no âmbito metodológico que podemos separar o eixo das simultaneidades (a *sincronia*) do eixo das sucessões (a *diacronia*), como mostra Saussure.

O binômio *sincronia-diacronia* se configura fundamentalmente, portanto, como uma distinção metodológica: as abordagens são diacrônicas ou sincrônicas; e nenhum dos conceitos se aplica aos fatos de língua em si<sup>8</sup>. De fato, vamos lembrar que Saussure dá início a essa discussão fundadora da distinção entre sincronia e diacronia na lingüística moderna com aquela afirmação que lembramos no início desta seção: “... a intervenção do fator tempo é de molde a criar, para a lingüística, dificuldades particulares...”. Já vemos aí a chave da complexidade da discussão – ora: absorver ou impedir a “intervenção” do “fator” tempo só poderá ser uma escolha do ponto de vista da reflexão sobre a língua; a língua, ontologicamente, não *escolhe* estar ou não no tempo. Assim, a metáfora do jogo de xadrez pode ser interpretada da seguinte forma: em uma partida de xadrez (isto é, no estudo da linguagem), há dois pontos de observação e interesse possíveis: a perspectiva sincrônica, que se interessa por cada etapa do jogo (isto é, cada sistema lingüístico estático) isoladamente; ou a perspectiva diacrônica, que se interessa pelo processo que leva de uma etapa para a outra ao longo do tempo do jogo (isto é, a dinâmica das transições entre cada sistema lingüístico).

Para nossa discussão, interessaria agora lembrar um pouco da herança do corte saussuriano nas diferentes linhas dos estudos da linguagem ao longo dos 1900.

---

8. Como salienta, entre outros, E. Coseriu na “*Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*” (1921; 1979); uma discussão aprofundada sobre as repercussões da cisão saussuriana neste sentido se encontra em Lucchesi (1997; 2004).

### 1.2.2 Na herança do estruturalismo

É já um lugar-comum dizer-se que a partir de Saussure, os estudos históricos são relegados ao segundo plano nos horizontes da lingüística moderna. Mas aqui há dois pontos a observar: primeiro, notemos que a desimportância dos estudos históricos (ou seu “ostracismo”, nos termos de Lucchesi (2004)) deve ser entendida como pertinente ao âmbito da lingüística instituída como disciplina “científica” – ponto interessante, a que voltaremos mais à frente. E, em segundo lugar, importa não esquecer que ainda na herança estruturalista resta um lugar para os estudos da “dinâmica temporal”, ou seja, para os estudos históricos definidos como diacrônicos.

Se tomamos objeto de interesse da lingüística histórica como a mudança (ou: o efeito da passagem do tempo), podemos entender que os estudos diacrônicos na lingüística apresentam em comum a abordagem da *não-permanência* dos fatos de língua. A partir do “corte saussuriano”, diferentes quadros teóricos delineados ao longo do século XX situarão essa *não-permanência* (ou seja, a mudança) em diferentes planos da língua, a depender de como construíram seu objeto teórico. Mais especificamente, a depender de onde se situa, neste objeto, o espaço para a *movimentação e instabilidade*<sup>9</sup>. Mesmo nas linhas de análise em que a instabilidade, a impermanência, a heterogeneidade, não podem estar situadas no objeto de estudo central (o sistema, para o estruturalismo; a faculdade da linguagem, para o gerativismo), a *mudança* pode ainda constituir um objeto relevante de reflexão.

Será fundamental entretanto compreender que a “*lingüística histórica*” definiu-se, na herança estruturalista, como o campo dos estudos lingüísticos que se ocupa da *dinâmica temporal-cronológica* dos processos lingüísticos: ou seja, desenvolveu-se como “*lingüística diacrônica*”.

O interesse da perspectiva diacrônica, neste sentido, tem se revelado em diferentes linhas teóricas posteriores ao corte saussuriano<sup>10</sup>; a depender do quadro teórico, a dinâmica temporal-cronológica dos processos lingüísticos terá diferentes relevâncias – pois, obviamente, serão distintos os lugares em que se localizam os processos lingüísticos considerados relevantes.

Consideremos, entre os herdeiros do estruturalismo, o corpo dos estudos *funcionalistas e tipológicos*, ou seja, as linhas para as quais o objeto língua está localizado nos sistemas e estruturas – linhas para as quais a mudança se concebe como alterações impressas nos sistemas, seja em parte deles, seja em seu todo<sup>11</sup>. Neste ambiente, a mudança é importante sobretudo em sua dimensão resultante – ou seja, é relevante pelas *marcas* que deixa nos sistemas. A mudança lingüística será aí um objeto de

---

9. Nesse resumo simplificado das teorias da mudança no século XX, remetemos fundamentalmente à abordagem proposta por D. Lucchesi de modo aprofundado em “*Sistema, Mudança e Linguagem*” (2004).

10. Importa não esquecer que, malgrado o corte da sincronia, também o estruturalismo saussuriano confere algum lugar na teoria para a diacronia – como testemunha toda a segunda parte do *Curso* de Saussure, dedicada aos estudos “dinâmicos”.

11. Ou seja, aqueles estudos que irão considerar que a transmissão da língua, por exemplo, é a transmissão do conjunto da produção lingüística: “*o que se transmite é uma língua inteira, ou seja, um conjunto complexo de estruturas lexicais, fonológicas, morfosintáticas e semânticas inter-relacionadas*”. S.G. Kaufman, 1986:32.

pesquisa relevante sobretudo na medida em que contribua para a compreensão da organização atual dos idiomas. A relevância dos *processos* de mudança, aí, nunca é autônoma, mas sim relativa a seus resultados nos sistemas estáticos. Nesta tradição, portanto, os estudos históricos são os estudos das *marcas* deixadas pelos processos de mudança (por herança ou contato): importa sistematizar as regras internas dos processos engendrados por mudanças, e que podem ser estudados a partir de seus resultados nas línguas. Daí se entende a importância da reconstrução e do método comparado nesta linha de pesquisa; de fato, os estudos da mudança nesse ambiente – especialmente os estudos funcionalistas sobre mudanças fônicas<sup>12</sup> – renovam e refinam a sistematização de processos internos de mudança. Ao longo do século XX, a lingüística histórica de inspiração tipológico-funcionalista foi especialmente importante nos estudos de línguas sem registro documental escrito – como por exemplo os idiomas ameríndios.

Consideremos agora o quadro chomskiano-gerativista; neste ambiente, a perspectiva diacrônica adquiriu diferentes pertinências ao longo do século XX. Em um primeiro momento, os estudos neste quadro voltaram-se ao tema da “*variação diacrônica*” como mais uma instância de análise que pudesse expandir o conhecimento sobre a variedade das línguas particulares<sup>13</sup>. Essas primeiras abordagens se ocupavam da diferença entre o estado passado de uma língua e seu estado presente como *sincronias em contraste*, sem que se problematizasse o plano *dinâmico* da mudança. Em um segundo momento, entretanto, os gerativistas passam a localizar a relevância teórica da mudança lingüística no plano dinâmico e processual. Passam a tomar os processos de mudança como lugar privilegiado para a compreensão do fenômeno da *aquisição da linguagem*; e nesse sentido, os estudos da mudança se fazem relevantes na medida em que possam contribuir para a compreensão do objeto teórico faculdade da linguagem – mais especificamente, por elucidar a relação entre o ambiente lingüístico e a *gramática universal* no processo de emergência das gramáticas nos falantes. O foco das pesquisas diacrônicas no quadro gerativista, então, se desloca da comparação de sincronias para a própria dinâmica da mudança. Especialmente a partir dos anos 1990, os estudos nesta linha têm privilegiado as abordagens quantitativas, aproximando-se da linha sócio-variacionista, dela aproveitando o desenvolvimento dos estudos estatísticos e populacionais<sup>14</sup>. Mais à frente vamos explorar algumas

12. Caso exemplar seria a sistematização (na “*Économie des changements phonétiques*”, de A. Martinet) das mudanças por *pressão paradigmática*, a partir da concepção do sistema fonológico das línguas como um equilíbrio precário, no qual a tensão entre a necessidade expressiva e a necessidade de economia nunca chega a um estado ideal – uma tensão que pode, assim, dar causa a mudanças internas, cujos mecanismos podem ser previstos/sistematizados.

13. Isso se aplica, sobretudo, aos estudos em sintaxe diacrônica conduzidos ao longo dos anos 1980 pelos gerativistas, no contexto da expansão da teoria dos Princípios e Parâmetros.

14. Esta aproximação, que parece à primeira vista sem sentido, explica-se na medida em que para o gerativismo a mudança passa a ser concebida como um fenômeno da aquisição da linguagem, e portanto deve ser interpretada a partir do conhecimento sobre as *condições* para a aquisição em cada geração de falantes. A diferença crucial e fundante entre as duas abordagens é que do ponto de vista sócio-variacionista, a dinâmica da mudança (no eixo do tempo, e nos estratos populacionais) é objeto de interesse em si; do ponto de vista gerativista, a dinâmica é tomada como indicação mediada do objeto de interesse de fato (ou seja, o processo de aquisição). Remeto à introdução de “*O Português Brasileiro – Uma viagem Diacrônica*”, por M. Kato e F. Tarallo, para uma discussão dessa junção das perspectivas.

questões interessantes surgidas nesse quadro teórico, quanto aos estudos da mudança.

Desse modo, na tradição tipológico-funcionalista e na tradição mentalista-gerativista, a relevância teórica da mudança lingüística localiza-se em planos distintos: no primeiro caso, os efeitos do tempo são relevantes na sua dimensão resultante; no segundo caso, são relevantes na sua dimensão processual.

Nos dois casos, o século XX viu surgirem importantes estudos diacrônicos; mas sem tanta ênfase na reflexão efetivamente *histórica*.

De fato, os estudos lingüísticos têm conferido ao termo *histórico* primordialmente a acepção de “*relativo à passagem do tempo*”. Podemos entender que muito do debate sobre o lugar da perspectiva “*histórica*” na lingüística remete a uma limitação da história à dimensão do *temporal-cronológico, unidimensional* – desde a tradição oitocentista, passando pelo recorte saussuriano entre sincronia e diacronia, e chegando à sua herança na lingüística moderna.

### 1.2.3 Na contra-herança do estruturalismo

Na década de 1960, os estudos da relação entre o tempo e as línguas passam por um novo marco divisor, a partir da reflexão fundada pelo quadro variacionista. Fundamentalmente, essa perspectiva recusa o paradigma estruturalista, para abordar a língua como objeto *multi-sistêmico*.

Já vimos mais acima que no recorte saussuriano, a diacronia pertence à esfera da fala (*parole*), não da língua (*langue*) – pois é a fala que pode abarcar a heterogeneidade, a instabilidade, a impermanência, e portanto a mudança. É assim, também, que no recorte chomskiano – que construirá, na segunda metade dos 1900, um objeto-língua como entidade biológica – a diacronia irá pertencer à língua, não à gramática – pois neste quadro é a língua (aí, um objeto cultural, humano, imponderável) que pode abarcar heterogeneidade, instabilidade, impermanência, mudança. As duas abordagens são radicalmente distintas em certos aspectos; mas têm em comum a característica da abstração do plano sócio-histórico.

Em contraste, o sócio-variacionismo construirá um objeto-língua *substantivamente* heterogêneo, ao invés de procurar resolver a heterogeneidade no plano do não-estruturado. Dessa forma, ao contrário do que se dá no quadro estruturalista e no quadro gerativista, no recorte sócio-variacionista a heterogeneidade da língua (nos planos geográfico, social, e temporal) está situada no objeto teórico de interesse central.

No que respeita a dimensão temporal da heterogeneidade (ou seja, a “*variação diacrônica*”), esta absorção da não-permanência no objeto-língua significou um impulso na direção dos estudos históricos, na contra-mão dos efeitos do corte estruturalista.

Desde as décadas de 1960-70 até os dias de hoje, importantes estudos sobre a variação diacrônica nesse quadro têm sido conduzidos – com ênfase, sobretudo, na ampliação do universo empírico de pesquisa, e no refinamento de um corpo metodológico de base estatística que torne possível interpretar essa base empírica.

## 2. Pausa para refletir

### 2.1 *Diacronia e História*

A diferenciação entre os conceitos de *diacronia* e de *história* é importante para compreendermos os diferentes caminhos trilhados, a partir do estruturalismo saussuriano, por diferentes linhas teóricas no campo da assim chamada lingüística histórica. De partida, teremos que entender que ao longo dos 1900, nem todo estudo dito histórico será, necessariamente, *histórico*. Muitos serão simplesmente estudos lingüísticos que tomam em conta *o decorrer do tempo*, ou seja, que abordam fatos de língua abstratos em uma seqüência cronológica.

Para explorar a distinção entre *história* e *diacronia*, vamos voltar à metáfora do xadrez de Saussure: essa partida é construída na forma de um evento fundamentalmente abstrato.

Visualiza-se um tabuleiro *suspense no espaço* – invisíveis a mesa que o apóia, os jogadores, e os espectadores da partida. É nesta partida no vácuo que são definidas as duas perspectivas, a *sincrônica* – que aborda cada momento estático da partida como um evento; e a *diacrônica* – que aborda a sucessão desses mesmos eventos encadeados cronologicamente.

Entretanto, nem a abordagem sincrônica nem a abordagem diacrônica assim definidas incluem, a rigor, uma perspectiva *histórica* da partida.

O olhar *diacrônico* ilustrado por Saussure na metáfora do xadrez é portanto também um olhar *não-histórico*, pois que aceita a partida como um evento suspenso no tempo histórico; num tabuleiro sem mesa, uma partida que pode estar sendo jogada em qualquer época, por qualquer jogador – vai nesse sentido o que dizíamos logo atrás: a cisão entre diacronia e sincronia só toma sentido depois do corte fundamental, aquele que funda um objeto-língua abstrato, suspenso no tempo histórico.

Será portanto importante distinguir a cisão *sincronia-diacronia* da diferença entre a perspectiva *histórica* e a perspectiva *não-histórica* (ou *a-histórica*) dos fenômenos de língua. A cisão *sincronia/diacronia* remete à *inclusão ou exclusão da dinâmica temporal-cronológica* em nossa perspectiva dos eventos – e pode muito bem estar ligada a uma concepção desses eventos como abstratos, ou suspensos no tempo histórico. A separação entre a perspectiva histórica e a perspectiva não-histórica não remete necessariamente ao problema da dinâmica da diacronia – mas sim, fundamentalmente, à concepção da língua como um objeto teórico *historicamente contextualizado* ou como um objeto teórico *sem dimensão histórica*.

#### QUADRO IV Etimologia de “Diacronia”, e etimologia de “História”

##### Diacronia

*Diacronia* < Grego *dia* ‘através de’ + *chronos* ‘o tempo’.

O termo *diacronia* remete a *chronos*, pela junção de *dia* ‘através de’ – *chronos*, ou seja, ‘através do tempo’. Na cosmologia grega, Chronos é fruto da união entre o Céu (Urano) e a Terra (Gaia) – mas também fruto da cisão fundamental entre ambos, uma vez que é ao conseguir separar-se violentamente do abraço de Urano que Gaia consegue dar à luz a Chronos, e assim originar o próprio cosmo. O ‘nascimento’ de Chronos (ou seja, a separação entre o céu e a terra) é que possibilita a abertura do espaço, o correr do tempo, a sucessão das gerações. Mas Chronos não ‘é’ o ‘tempo’, e sim possibilita nossa percepção do desenrolar dos acontecimentos em uma dimensão sucessiva, fora da união original que foge à nossa percepção. O próprio Chronos, por sua vez, tem uma história violenta; devora seus filhos ao nascerem (o que tem sido interpretado como uma alegoria da passagem linear do tempo – os séculos engolem os anos que engolem os dias que engolem as horas...). A idéia de *cronologia*, de *cronológico*, remete assim, pela etimologia grega, fundamentalmente à noção de sucessão e linearidade.

##### História

*História* < latim *historia* ‘narrativa’, ‘relato de acontecimentos’ < Grego *hístōr* ‘aquele que sabe’; *historía* ‘conhecimento obtido’, ‘relato do conhecimento, narrativa’ < Indo-Europeu \**wid* ‘ver, saber’.

A etimologia de *história* está ligada à noção de *conhecimento*, e mais tarde, de *relato* ou *narrativa* – não remete diretamente ao acontecimento, nem à dinâmica do acontecimento. Atualmente, uma das acepções do termo em português é ainda a de *narrativa*. Em campo especializado, a *História*, como disciplina, está preocupada com a narrativa dos fatos humanos, das sociedades, seus agentes, seus condicionantes sociais e culturais, no tempo. A propriedade de ‘histórico’, neste sentido, não remete simplesmente à dinâmica da passagem do tempo cronológico, mas sim remete à narrativa de fatos contextualizados no tempo e no espaço.

Nesse sentido, o “corte saussureano” entre diacronia e sincronia remete ao contraste entre estática e dinâmica mais que ao contraste entre histórico-não histórico. As noções não se recobrem: vemos que foi possível construir abordagens dinâmicas e a-históricas (ou seja, diacrônicas, cronológicas).

## 2.2 O Documental e o Experimental

O impacto da “lingüística moderna” sobre os estudos históricos da linguagem pode ser compreendido também se recorrermos à divisão entre a *tradição documental* e a *tradição experimental* dos estudos históricos sobre as línguas. Pois a documentação possível sobre o passado das línguas chegou até nós através da escrita.

Isso traz antes de tudo o problema da lacunaridade do registro escrito: de partida, o estudo das línguas sem tradição de escrita, naturalmente, não é possível por essa via; e tampouco é possível estudar, pela via do registro, todas as etapas da evolução dos

idiomas com escrita, em vista das lacunas documentais. Mais adiante, voltaremos a esses pontos.

Entretanto, para além dessa questão da lacunaridade, o recurso à documentação traz um outro problema, quando se considera que a realidade teórica da linguagem, para a lingüística moderna, está na língua falada. E “*a língua falada não se deixa fotografar, móvel e flutuante que é*”, para usar as palavras de Serafim da Silva Neto (1977, p. 77).

Assim, nos quadros em que o objeto teórico se localiza na língua *falada*, a perspectiva documental envolve um problema metodológico importante: como depreender a história da língua falada com base nos registros da língua escrita.

Uma das respostas a este problema é o recurso a outra esfera das análises possíveis, a experimentação – no caso das línguas, o recurso à reconstituição dos estágios passados de diferentes línguas ou formas lingüísticas a partir do estudo de suas formas atuais. Os métodos de reconstituição ou reconstrução podem, portanto, responder a diferentes contingências. Os estudos sobre o tempo e as línguas ao longo dos séculos XIX e XX recorreram crescentemente ao recurso da experimentação, seja pela necessidade de preencher lacunas documentais, seja pela centralidade teórica da oralidade.

As perspectivas históricas nas quais a esfera experimental ou indutiva é central estão ligadas mais à dimensão do *temporal-cronológico* que à dimensão do *temporal-histórico* – seja na tradição oitocentista, no recorte saussuriano entre sincronia e diacronia, e na herança desse corte para a reflexão lingüística do século XX.

Na reflexão lingüística dos séculos XIX e XX, a variação foi analisada sobretudo como mudança em sentido orgânico, ou seja, como *evolução-transformação-desenvolvimento* dos eventos no eixo do tempo. Esse *eixo do tempo* de que se ocupam as análises sobre as línguas, por sua vez, é *unidimensional* – uma temporalidade concebida como progressão linear entre passado e futuro.

Nesse contexto, as respostas metodológicas ao problema da investigação das mudanças têm sido buscadas na noção de *reversibilidade* dos fenômenos. Um fato lingüístico interpretado como resultante de uma mudança, nessa perspectiva, deve guardar em si as sementes da mudança; os acontecimentos que levaram a forma A para a forma B devem poder ser traçados reversamente, como em um experimento, revertendo-se no eixo da análise as etapas do processo ativo no eixo do acontecimento. Ou seja: concebendo a mudança como desenvolvimento ou evolução ao longo da linha do tempo, os estudos lingüísticos procuraram abordar a mudança das línguas pela *reprodução dos acontecimentos em forma de análise*.

À margem da reflexão que será considerada herdeira de Saussure, seguem sendo realizados estudos *históricos-documentais* sobre as línguas ao longo do século XX.

Em especial, na tradição que se convencionou denominar de filológica (no sentido estrito do termo), os estudos históricos das línguas se fundam centralmente na análise documental, e portanto, se construíram como estudos das línguas de tradição escrita. No âmbito da língua portuguesa, por exemplo, surgem nos anos 1900 tratados gramaticais que se ocupam da história da língua (como por exemplo, no Brasil, as *Gramáticas Históricas* de Manuel Said Ali, 1921) – estudos que de um modo amplo se filiam à tradição oitocentista e ao método histórico-comparativo; mas para os quais a esfera documental é centralmente relevante.



De um determinado ponto de vista, esta historiografia com ênfase documental foi relegada à periferia da reflexão “científica”. Mas notemos que, quando os estudos históricos retomam relevância no núcleo da lingüística (sobretudo, como vimos, a partir da perspectiva variacionista dos anos 1960), a tradição filológica será retomada como referência de pesquisa. Uma das heranças deixadas pelos historiadores das línguas no século XX, por exemplo, foi a notável ampliação de fontes de dados lingüísticos. A partir das suas investigações, os 1900 testemunharam enormes avanços documentais, com uma ampla gama de documentação lingüística vindo à tona, e tornando-se sujeita à classificação e análise. Esse processo de absorção da herança historiográfica irá repercutir nas pesquisas assim chamadas *especificamente lingüísticas* com necessidade metodológica por grandes volumes de dados: notadamente, o sócio-variacionismo (e em tempos recentes também os estudos no quadro gerativo).

Essa retomada da história das línguas a partir de fins do século XX será, em determinado plano, herdeira da tradição filológica das *gramáticas históricas* do início do século. A lingüística histórica no quadro sócio-variacionista irá se apoiar em boa medida tanto no material desencavado por aquela tradição, como na própria narrativa histórica por ela construída.

Desta forma já nos voltamos para um novo aspecto dessa relação entre língua e tempo: a questão mais especificamente histórica da recomposição das narrativas, de que trataremos a seguir.

### 2.3 Voltando à historicidade

Já observamos que a oposição entre diacronia e sincronia não recobre necessariamente o problema da *historicidade*. A historicidade da partida de xadrez de Saussure não pertence à mesma dimensão da diacronia da partida: a diacronia é a observação e o relato da seqüência de seus diferentes momentos no eixo cronológico; a historicidade incluiria também seu lugar na história das partidas de xadrez, na história de cada jogador, e na história do que observa e relata a partida. Já vimos, portanto, que a perspectiva *histórica* e a perspectiva *diacrônica* não se recobrem necessariamente, pois abordar a língua em sua dimensão histórica não se resume a tomá-la na dimensão do temporal-cronológico. Em nosso resumo sobre os estudos da mudança ao longo do século XX, vimos que a partir da perspectiva estruturalista, os estudos históricos definem-se como diacrônicos.

Podemos entender como mesmo os diferentes quadros teóricos da lingüística cujos objetos-língua se constituem como *a-históricos* realizem suas incursões pela “*lingüística histórica*”: é que, de fato, esses quadros partem de uma perspectiva *estritamente cronológica*, ocupando-se primordialmente da *sucessão linear* de fatos de língua no tempo. Porquanto passem a incluir a dimensão temporal-cronológica em seus horizontes de pesquisa, fazem-no ainda a partir de uma abstração da historicidade: o eixo temporal das sucessivas etapas evolutivas dos fatos de língua constrói-se como uma sucessão de eventos sem historicidade. Com temporalidade, mas sem historicidade: o evento A precede no tempo o evento B; mas *isso poderia se dar em qualquer momento da história*.

É verdade que esse problema da *historicidade* não é especificamente relevante apenas para a assim chamada lingüística histórica – de fato, é uma questão que se coloca para todo estudo lingüístico. Diferentes linhas construirão diferentes obje-

tos-língua; em alguns deles, a historicidade é abstraída; em outros, é fundante. Mas aqui entendemos que para a “lingüística histórica”, a questão da abstração ou absorção da historicidade adquire pertinência central. Partindo da definição ampla da lingüística histórica como o estudo da língua *sob a chave do tempo*, proposta no início dessa discussão, teremos de reconhecer que a reflexão sobre a história das línguas guarda uma especificidade que a destaca das demais perspectivas sobre a linguagem: pois aí se trata de *pensar sobre* o Tempo – ou seja, estão implicadas as dimensões do tempo como conhecimento.

Nos estudos da língua sob a dinâmica do tempo, a temporalidade integra a esfera das preocupações *teóricas* da reflexão lingüística. A lingüística histórica constitui-se, assim, como um fazer historiográfico, no qual é preciso pensar não só o tempo, mas os *tempos do Tempo* – ou seja, onde é preciso que se reconheça analiticamente a *historicidade da própria narrativa em construção*.

Quando nos propomos a abordar a língua na perspectiva histórica, estamos portanto nos propondo a um fazer historiográfico, e precisamos refletir criticamente sobre ele. Entretanto, no extremo poderíamos afirmar que a lingüística tem feito a história das línguas ainda apoiada em uma noção romântica de “*fazer história*”, e a uma noção estritamente cronológica do tempo. Ora, na “*História*”, no sentido de área do conhecimento humano, a temporalidade tem sido compreendida em dimensões mais complexas que a puramente cronológica – trabalha-se aí na dimensão da *duração*, e da *pluralidade do tempo*.<sup>15</sup>

A lingüística histórica, como reflexão da língua *sub specie temporis*, precisa então pensar as implicações epistemológicas que o estudo do tempo traz. Vamos escolher aqui um aspecto central desse problema, e suas conseqüências para os estudos lingüísticos: o fato de que os estudos sobre o tempo precisam trabalhar com *os resultados do próprio tempo*. Ou seja: só podemos estudar “*o passado*” a partir do que se formou como “*passado*”, a partir do que foi registrado, preservado, e compreendido por nós como passado; estamos inexoravelmente presos ao que se deu a conhecer. Conseqüentemente, os estudos históricos trabalham no plano das narrativas, não no plano da experimentação.

Um primeiro aspecto das análises em que se repercute esse problema de se estar preso ao que se dá a conhecer é a questão da reconstituição das etapas dos fenômenos passados. Nos estudos *do passado* a partir do presente, por definição não temos acesso aos fatos e processos, apenas a seus sinais no tempo. Esses estudos dependem, portanto, de uma mediação teórica que construa uma metodologia de análise desses *sinais*. Já vimos que a principal resposta dos estudos lingüísticos para o problema da abordagem metodológica dos efeitos do tempo nas línguas tem sido buscada na *reversibilidade* das etapas de mudança. No entanto, os estudos dos efeitos do tempo nem sempre se prestam a abordagens nesse espírito. No caso dos efeitos do tempo sobre a língua, antes de tudo a

---

15. Nas palavras de L.F. Barreto, “A revolução epistemológica Braudeliana representa a morte, enquanto investigação, do tempo unidimensional (a desautorização plena das histórias tradicionais assentes no cronológico, falso calendário de imediatismo positivista-factológico e no eruditismo cego que confunde recolha documental com armazenamento de baús não dando ao documento um estatuto/tratamento teórico mas simplesmente técnico/prático) porque é a demonstração de que a diferença repousa na identidade, a descontinuidade implica a continuidade, a mudança atravessa e é atravessada pela permanência/herança.”

organicidade do objeto em mudança (que precisa estar garantida para entendermos a mudança como evolução) não pode ser sustentada em todos os quadros teóricos sobre a linguagem; mas além disso, a noção da reversibilidade dos processos deixa de ser interessante para os estudos das línguas quando se toma em conta que, no trabalho da lingüística histórica, o que podemos “examinar” é o que se deixa narrar, não o ciclo completo dos acontecimentos.

Na reflexão histórica, há que tomar em conta que a multiplicidade dos planos temporais da dinâmica dos acontecimentos não são recuperáveis no plano temporal do conhecimento. Nesse ponto estamos sujeitos ao veneno das “reconstituições do passado”: a ilusão da recomposição, quando passamos a pensar que as etapas tais como registradas nos testemunhos do passado são na verdade as próprias etapas do passado. Como, na reconstituição, estamos abordando linearmente os fenômenos (estamos em um ponto atual do eixo do tempo, olhando retroativamente para um ponto anterior), confundimos essa linearidade da nossa observação com uma linearidade dos acontecimentos. O risco de uma abordagem não-crítica deste problema é terminar atribuindo aos fatos narrados uma linearidade que é, na verdade, atributo da narrativa dos fatos.

O ponto principal que precisamos lembrar, portanto, é que trabalhamos com o *que o tempo deixou*, não com o *que aconteceu*; em outros termos, nossa análise opera no plano temporal do conhecimento, não no plano temporal dos acontecimentos<sup>16</sup>. Nesse sentido uma “reconstituição” histórica não se dá como reprodução dos fatos em forma de análise, mas como recomposição de narrativas. E, além das implicações que isso traz para a questão da reconstituição “experimental” dos acontecimentos, há outras implicações para os estudos históricos da língua, e que remetem sobretudo ao recorte das análises e aos impactos das narrativas anteriores.

A face mais evidente desse problema, para a historiografia das línguas, se revela nos recortes do espaço empírico das análises, e na escolha dos problemas a serem levantados. Para trazer essa afirmação para a esfera do concreto, vamos pensar nas metodologias de pesquisa: os estudos das línguas, seja qual for o quadro teórico, não partem de recortes “estritamente lingüísticos” (no sentido de puramente abstratos, ou puramente estruturais) para definir seus objetos de análise. Ou seja, não propomos estudos sobre “um sistema ergativo-absolutivo VSO”, ou sobre “uma gramática SVO com parâmetro de sujeito nulo”, mas sim sobre “O Português”, “O Francês”, “O Tupi-Guarani” – ou seja, partimos de recortes definidos segundo um determinado saber que separa as unidades lingüísticas como universos supostamente homogêneos em seu interior e supostamente diferenciados do seu entorno. Está claro que, nas perspectivas abstratas, esses recortes são tomados como “atalhos” ou “simplifi-

16. Voltamos mais uma vez à avaliação de L.F. Barreto sobre as temporalidades na “revolução braudeliana”: “O tempo cronológico, medida do imediato e superficial, é colocado no seu devido lugar, isto é, no reino do empiricamente sentido e visto, e, por isso, valorizado, quando, na verdade, a sua dimensão meramente factual aberta ao acaso é apenas um dos elementos do jogo entre o simétrico espacial feito de contínuo linear e assimétrico temporal.” O que Barreto chama de “a revolução braudeliana” pode ser descrito, em termos limitados, como a formação de uma nova concepção da temporalidade e suas análises, a partir da reflexão de Fernand Braudel nos anos 1940. Uma “revolução” que já foi absorvida, re-discutida, e reconstruída amplamente na historiografia em geral, mas à qual a reflexão lingüística parece ainda impermeável.

cações” dos objetos abstratos a serem tratados – no entanto são essas simplificações, em toda sua concretude, que permitem delimitar as fronteiras empíricas a serem consideradas<sup>17</sup>.

Pois bem, este *saber* em que se apóiam as pesquisas lingüísticas no recorte empírico é *histórico* – no sentido de que é buscado no conhecimento da realidade social e cultural em que cada idioma está envolvido. Trata-se, portanto, de um saber relativo à formação de narrativas anteriores, onde as escolhas das questões pertinentes e dos espaços em que se aplicam podem ser pensados e construídos diferentemente a depender do ponto de partida de diferentes narrativas.

Isso nos traz de volta ao problema da reconstituição. Não será possível pensar a tarefa da lingüística histórica como uma experiência de recuperação reversa de acontecimentos factuais, se não temos acesso a registros completos dos “acontecimentos factuais”; nem garantias de que nossos recortes empíricos remetem aos nossos objetos teóricos; e se não refletimos criticamente sobre as noções de língua e de tempo em que nos baseamos recortar e interrogar os espaços de análise.

Para abordar este problema da recomposição e da linearidade, será interessante contrapormos diferentes narrativas sobre as “*Línguas Românicas*”, discutindo como neste caso concreto a perspectiva de narração constrói diferentes Histórias.

#### 2.4 O caso das Línguas Românicas

*“O estudo da formação das línguas românicas nos proporciona um magnífico exemplo de como certos fatores sociais e culturais podem neutralizar, em parte ao menos, a tendência para a variação, a qual existe na evolução espontânea de todas as línguas.*

*São estes fatores de união que imprimem a todas as línguas românicas do Ocidente um ar de família que seria muito menos perceptível, se não tivessem todas continuado a beber em uma fonte comum durante os longos séculos de sua história”.*

T. Maurer Jr.

Como já vimos mais atrás, a “*Família Romance*” é das mais estudadas na historiografia lingüística, sendo a gênese dos idiomas românicos a partir do latim um fato conhecido desde a reflexão gramatical renascentista até os dias de hoje. Como também já mencionamos, a relação genética entre estes idiomas “*neolatinos*” é conceituada tanto com base na observação e sistematização das suas semelhanças estruturais, como também com base em um conhecimento histórico – referente à colonização românica dos territórios onde são falados estes idiomas.

---

17. Para exemplificar: em um estudo sobre “*O Português*”, eu irei separar os meus falantes “*brasileiros*” dos meus falantes “*portugueses*”, considerando cada um dos conjuntos de suas “*intuições*”/“*estruturas*” como homogêneos e excludentes; mas não necessariamente os meus falantes “*paulistas*” dos meus falantes “*mato-grossenses*”; nem vou agrupar os meus falantes “*paraenses*” com meus falantes “*beirenses*”, separando-os como grupo em relação ao conjunto dos “*lisboetas*” e “*cariocas*” – etc.). Notemos ainda que nos estudos *diacrônicos*, as pesquisas terão de considerar ainda mais fatores complexos que nos estudos *síncronicos* nesse momento; pois, além da definição espacial, há que se fazer uma delimitação temporal do objeto empírico; e a delimitação temporal pode entrar ainda em uma complexa relação com a delimitação espacial (voltando ao exemplo do meu estudo de “*O Português*”: a partir de que momento eu passo a separar meu universo empírico *brasileiro* do meu universo empírico *português*?).

Seria possível pensarmos, de fato, que há pouco o que se discutir a respeito da formação dos idiomas românicos: sua história é largamente sabida; a herança do latim é evidenciada na fala de portugueses, castelhanos, italianos, franceses, sardos...

Entretanto, Teodoro Maurer Jr., em “*A Unidade da România Ocidental*” (1951) chamou a atenção para o seguinte fato: o vocabulário românico comum (aquele conjunto de itens lexicais compartilhados, com variações formais mínimas, pelos “neolatinos”) compõe-se sobretudo de itens que entraram nos idiomas “românicos” apenas a partir de fins da Idade Média. Segundo Maurer, nos idiomas falados na parte ocidental da Europa, as palavras formalmente mais semelhantes ao latim, cujas diferentes formas nos diferentes idiomas “neolatinos” são menos alteradas, são as mais recentemente introduzidas – em especial depois do renascimento. Trazemos aqui alguns exemplos de um dos aspectos desse problema, os “*duplos diacrônicos*” do português, representados por duplas de itens latinos mais ou menos “*aportuguesados*” ainda hoje presentes na língua:

<b>QUADRO V</b>						
<b>Exemplos de Latinização Tardia nos “romances” ocidentais em T. Maurer (“<i>A unidade da România Ocidental</i>”)</b>						
<b>(1) Sufixo -anus &lt; -ano</b>						
Português Arcaico:		-anus	<	-ão		( <i>romão</i> )
Português pós-séc 16:		-ão	<	-ano		( <i>romano</i> )
		(expt.: “hiper-latinizações”:		<i>hortelão</i> ; <i>Fernão</i>	<	<i>ancião</i> ; <i>Fernando</i> ,
				<i>Antão</i>	<	<i>Antonio</i> )
<b>(2) Itens</b>	<b>Lexicais</b>	<b>Populares</b>		<b>(entrada</b>	<b>mais</b>	<b>antiga)</b>
<i>vs. Eruditos (entrada mais recente)</i>						
<b>popular</b>	<b>erudito</b>					
artelho	artículo					
cabedal	capital					
catar	captar					
cadeira	cátedra					
chão	plano					
cheio	pleno					
delgado	delicado					
logro	lucro					
mágoa	mácula					
olho	óculo					
orelha	aurícula					

Consideremos que, em uma análise comparada, iremos de imediato associar itens como o português *plano* com o castelhano *plano*, por exemplo; mas menos imediatamente, o português *chão* com o castelhano *llano*.

Ora, na perspectiva de Maurer, grande parte da semelhança “formal” que percebemos nas falas “românicas”, e que provoca uma identificação imediata entre falares

portugueses, castelhanos, italianos ou franceses, não fazia parte do inventário desses falares nos primeiros tempos medievais, e talvez não suscitasse, de imediato, a mesma identificação. Mas pela teoria genética tradicional da lingüística histórica, seria de esperar que quanto mais recuássemos no tempo, maior fosse o grau de semelhança entre os idiomas românicos – pois mais próximos estariam, cada um deles, à língua mãe; menos afetados pelas evoluções internas paralelas que, em tese, os diferenciaram entre si e em relação ao latim. Entretanto, segundo T. Maurer, o oposto acontece: quanto mais recuamos no tempo, mais diferentes entre si aparecem esses idiomas.

Esse aparente paradoxo se explica pela história cultural da formação da “*Unidade da România Ocidental*”, segundo Maurer. Essa unidade teria sido construída em torno de dois eixos: ao longo da Idade Média, com base no intercâmbio cultural entre os diferentes reinos; e a partir do Renascimento, isso se reforça pelo resgate da tradição latina nos quatro cantos do território. Um e outro processo eram propícios ao contato lingüístico e à importação de vocabulário latino via língua escrita. Esse “*caldo cultural*” latino, que configura as identidades lingüísticas inseridas nesta parte ocidental do império romano, distingue historicamente uma outra porção do território da antiga românia: a România Oriental, notadamente a Romênia. Isolado culturalmente do ocidente da Europa depois da queda de Roma, o romeno não apresenta diversos dos traços comumente identificados como “herança latina” nos demais idiomas – sobretudo no que se refere ao vocabulário. Para Maurer, são apenas os aspectos vocabulares e estruturais que se podem identificar como comuns tanto ao romeno como aos idiomas ocidentais que se podem tomar como herança latina direta – pela via do latim vulgar (e não como re-*latinização*, pela via do latim escrito).

Essa noção do universo românico ocidental como uma área de contato lingüístico, sobretudo pela via da língua escrita, encontra eco também na história das origens das línguas da *Hispania* tal como narrada por Duarte Nunes do Lião. Como já vimos, na sua “*Origem da Língua Portuguesa*” ele já concebe a semelhança entre as línguas da Espanha como exemplos de diferentes derivações de formas latinas, e explica as diferenças e regularidades como diferentes resultados dessa herança comum<sup>18</sup>; agrupa, ainda, o português, o castelhano e o catalão com o italiano e o francês, por serem todas línguas de herança latina.

18. No Capítulo 6 da obra (“*A Língua que se hoje fala em Portugal donde teve origem, e porque se chama Romance*”), ele lembra: “*Temos dito atrás, como pelas muitas e desvairadas gentes que a Espanha vieram povoar e negociar, estava a terra toda dividida em muitos reinos e senhorios, e assim havia muitas diferenças de linguagens e costumes. Pelo que vindo os Romanos a lançar de Espanha aos Cartagineses que ocupavam grande parte dela, foi-lhes fácil haver o universal senhorio de todos, e reduzir Espanha em forma de província como fizeram, dos quais como de vencedores não somente os espanhóis tomaram o jugo da obediência mas as leis, os costumes, e a língua Latina, que naqueles tempos se falou pura como em Roma, e no mesmo Lácio, até a vinda dos Vândalos, Alanos, Godos e Suevos, e outros bárbaros que aos Romanos sucederam, e corromperam a língua Latina com a sua, e a misturaram de muitos vocábulos assim seus como de outras nações bárbaras que consigo trouxeram, de que se veio fazer a língua que hoje falamos, que por ser língua que tem fundamentos da Romana, ainda que corrupta lhe chamamos hoje Romance. Desta introdução da língua Latina, que os Romanos fizeram em Espanha, e como de muitas nações e vários costumes, se vieram a conformar, e parecer tudo um povo de Romanos, é testemunha a mesma língua que hoje falamos, ainda que corrupta*”. (Lião 1606:26, minha edição) Lembro que na acepção de Duarte Nunes, como é geral em sua época, os termos ‘Espanha’, ‘Espanhol’ etc. têm como referência o que hoje chamaríamos de a ‘*Península Ibérica*’, incluindo portanto Portugal (cf. Paixão de Sousa 2004, capítulo III, para uma discussão detalhada deste problema).

Mas para Duarte Nunes, o *contato* – ou seja, as relações externas entre diferentes idiomas – é um aspecto fundante da mudança, ao qual ele remete tanto para explicar a diversidade, como para explicar a homogeneidade.

Já de início, por exemplo, ele explicará a formação de idiomas distintos na Península Ibérica (a partir da língua latina original) em função do “*caldo*” de convivência entre povos de linguagens distintas (latina, germânica, árabe) ao longo dos séculos nesta região. Assim, aquele falar românico dos primeiros tempos (“*a língoa Latina q naquelles tempos se fallou pura como em Roma*”) irá corromper-se e transformar-se em uma língua “*meio latina, meio gótica*”, por força do contato com o falar dos invasores germânicos<sup>19</sup>. Neste processo de “*desencaminhamento das regras*”, fruto do contato entre línguas “*mui dessemelhantes*”, Duarte Nunes cita algumas “*corrupções*” ou processos de mudança sistemáticos, que explicariam a relação entre as formas latinas originais e as formas portuguesas de sua época (alguns exemplos trazidos por ele remetem a regras que mais tarde se verão sistematizadas pelos próprios neogramáticos oitocentistas<sup>20</sup>). Para Duarte Nunes, as diferentes circunstâncias deste contato com os “*povos de bárbara língoa*” em cada um dos diferentes reinos ibéricos significarão ainda que o “*romance espanhol*” irá se fragmentar e diferenciar – dando origem ao português, ao castelhano, ao catalão, ao galego. Mais tarde, o contato com os invasores seguintes – os africanos de fala árabe – ocasionará novas transformações, novamente sob circunstâncias distintas em cada reino, gerando mais diferenças entre as falas ibéricas (ponto interessante ao qual voltaremos mais adiante).

Por outro lado, o contato lingüístico pode aparecer, em Duarte Nunes, também como fator de homogeneização e unidade. Ao remeter à semelhança, em seu tempo, entre as línguas “*latinas*”, ele a atribui tanto à herança como ao contato por meio de empréstimos mútuos<sup>21</sup>. Assim, o contato é, também para Duarte Nunes, um fator importante na homogeneidade formal entre os idiomas “*filhos dos latinos*”.

19. “*Natural coisa é aos que se entremetem a falar alguma língua alheia desencaminhar-se das regras e propriedades dela, e cometerem os vícios que chamam barbarismos e solecismos, mormente quando as línguas são muito dessemelhantes, como aconteceu aos Godos e Vândalos, e outros tais nascidos na Gótia, e na Sarmácia, vindo a Espanha, onde a língua Latina casta e pura que se falava corromperam, adulterando os vocábulos, e mudando-os em outra forma e significado diferente, e introduzindo outros de novo de suas terras, e de outras gentes que consigo trouxeram*”. (Lião, 1606, minha edição).

20. Alguns exemplos de gênese e corrupção de vocábulos portugueses a partir do latim, em Duarte Nunes de Lião (no capítulo oitavo: “VII. Das muitas maneiras por que se causou a corrupção da língua Latina que em Espanha se falava na que se hoje fala.”): “Corrupção nas terminações”: *seruus-seruo* < *sermão*; *prudens* < *prudente*; *sanguis* < *sangue*; *similis* < *simel*. “Corrupção por diminuição de letras ou sílabas”: *mare* < *mar*; *nodo* < *noo*; *balista* < *beeta*; *nudo* < *nuo* ou *nuu*. “Corrupção por acrescentamento de letras ou sílabas”: *umbra* < *sombra*; *stella* < *strella*; *mica* < *migalha*; *acu* < *agulha*; *cor* < *coração*. “Corrupção por troca e transmutação de umas letras em outras”: *ecclesia* < *igreja*; *desideriu* < *desejo*; *cupiditas* < *cobiça* (“*Na qual maneira de corrupção há umas certas letras que quase sempre respondem a outras, como o ditongo au, dos latinos, a que os Portugueses respondem com o seu ou como: audio < ouço; aurum < ouro; taurus < touro; laurus < louro; maurus < mouro; caulis < couue; paucus < porco*”).

21. “*E se alguns disserem que há muitos vocábulos que os Portugueses têm semelhantes aos Castelhanos, não é porque deles os tomassem, mas são comuns a eles, como são aos Castelhanos, Italianos, e Franceses, sem saber quem os tomou de quem, como são muitos derivados dos latinos, ou godos, que cada um corrompeu segundo tinha a língua, como vêem nestes exemplos: o Português diz começar, que parece que viria de com e initiare. O Castelhana diz començar, o Italiano cominciar, o Francês commencer; dizem os Portugueses espantar, os Italianos espaventar, os Franceses espovinter, que todos vão a um*”. (Lião 1606: 128-129, minha edição)

Podemos observar, assim, a construção de duas histórias das línguas românicas. A grande “*Família Romance*” pode ser compreendida como o resultado fragmentado de evoluções paralelas de uma mesma língua-mãe (o latim); ou como a (re-)construção de um imaginário homogêneo que remete a uma língua-modelo (o latim), a partir de uma fragmentação historicamente determinada de uma origem comum bastante difusa (o latim Vulgar).

Se lembrarmos da “*árvore genealógica*” romance, proposta pela lingüística histórica tradicional, ela compunha uma figura arbórea unidirecionalmente orientada – sempre abrindo, expandindo seus ramos. Numa perspectiva que leve em conta a “*re-latinização*”, a “*árvore*” poderia se construir menos linearmente, passando por diferentes ciclos de expansão (o “*latim vulgar*” se diferenciando nos vernáculos medievais) e concentração (os vernáculos medievais se *re-latinizando*).

Isso nos remete de volta a um dos pontos importantes levantados por Teodoro Maurer:

*Como observa Otto Jespersen: “A maioria dos autores de ciência da linguagem que temos lido nos deixa a impressão de que o processo natural na evolução tende decididamente para a divisão e fragmentação, de modo que da unidade sai a variedade”. O autor critica sensatamente tal atitude extrema da, notando “que há também forças que atuam no sentido exactamente contrário.*

Uma pergunta interessante, a partir dessa narrativa de Maurer, remeteria à situação das “*línguas românicas*” antes de se terem *re-romanizado*. Ou seja, no período que se segue à queda do Império Romano, mas é ainda anterior aos 1300, 1400 – qual a realidade lingüística dos territórios da România Ocidental?

Se olharmos para o extremo ocidente da românia, a Península Ibérica, veremos uma situação extremamente interessante. A partir do século V, a *Hispania* dos romanos é avassalada por Vândalos, Godos e Visigodos – ou seja, por povos *germânicos*, que vem formar uma cultura “*romano-gótica*” na região, com a fundação de reinos cristãos neste período. A partir do século oitavo, uma nova leva de invasores chega do sul – e a antiga Ibéria é agora *arabizada*. Os testemunhos históricos vão no sentido de que nas terras altas – A Castela Antiga, a Galiza etc – resistem os reinos cristãos (herdeiros dos romanos, e agora dos germanos); mas de ali para o mediterrâneo, o modo de vida mourisco se entranha nas aldeias e cidades da *Hispania*. Ao longo dos séculos X e XV, travam-se as batalhas para a “*Reconquista*” – movimento em que os reinos cristãos do norte vêm descendo e tomando dos “*mouros*” as terras do sul, e que só termina em 1494 com a tomada da última cidadela árabe, Granada. Os cristãos traziam, nessas batalhas, suas leis, sua religião, e seus falares. Depois dos 1500, é cristã a Península inteira, e toda ela culturalmente inserida em um movimento de *re-romanização*, em vista de se tornar novamente a *Hispania*.

Datam desse último período os primeiros tratados sobre os idiomas da Península – preocupados, todos eles, em elevar os vernáculos à condição de línguas, sobretudo reforçando a herança latina. Não é de se admirar que capítulos e mais capítulos desses tratados se dedicassem à época românica; que se lamentem pela invasão dos povos



de “*bárbara língua*”; que se enraiveçam com a “*perdição*” para os *mouros*<sup>22</sup>. E que esmiúcem as semelhanças de cada vernáculo com o latim, mas dediquem esparsos e parcos comentários às marcas deixadas pelos povos de fala germânica, e posteriormente, pelos povos de fala árabe.

A narrativa que se constrói ali é a narrativa dos herdeiros da tradição romana, é a narrativa dos cristãos vencedores, e suas línguas *companheiras da espada* (nos termos de Nembrija).

A memória das eventuais heranças germânicas e árabes nas falas hispânicas se perde na construção da história romanizada de seus vernáculos, a tal ponto que hoje nos parece irrelevante questioná-la. Ora, se trezentos anos de convivência com os germanos, sobrepostos (na maior parte do território) por mais setecentos anos de convivência com os árabes, não resultam em nenhum efeito lingüístico sobre as falas ibéricas – isso em si se configura como um fato digno de nota, ou seja, como ponto de extremo interesse para a pesquisa lingüística. Entretanto, as narrativas que se compuseram em torno das línguas portuguesa ou castelhana nunca escolheram privilegiar a história dos contatos – mas sim, a história das heranças e evoluções a partir da “*língua-mãe*”. A história das línguas espanholas é, como talvez não poderia deixar de ser, a história que se deixou contar; a história que fez sentido histórico.

Nesse aspecto o caso das “*Línguas Românicas*” ilustra as armadilhas colocadas pela noção de “*objetividade*” para o lingüista preocupado com a mudança. Seria possível argumentar-se que o fato realmente “*objetivo*” do qual podemos partir para estudar a história desses idiomas é sua filiação genética ao latim; seria o que lhes confere a homogeneidade necessária a um estudo tipológico, por exemplo. Mas é difícil sabermos o quanto de “*objetividade*” há no agrupamento tal como estabelecido até aqui como herança dos séculos de estudos latinizantes sobre as línguas espanholas, uma vez que *perguntas diferentes raramente foram formuladas*<sup>23</sup>. Sabemos da importância histórica da pergunta original sobre a gênese dos idiomas ibéricos “*românicos*” a partir do latim. Mas quais seriam as conseqüências “*teóricas*” para o nosso “*conhecimento*” sobre as línguas ibéricas em um contexto histórico no qual a

22. Lembrando Duarte Nunes, “*Vindo pelos tempos, como é natural, haver mudança nos estados, e declinar o Império Romano, veio à Espanha a inundação dos Godos, Vândalos, e Sitingos, e de outras gentes bárbaras, que devastaram Itália, e as Gálias, e dominaram Espanha, e com sua bárbara língua corromperam a Latina, e a misturaram com a sua da maneira que se vê nos livros e escrituras antigas; que pelo tempo foi esta língua fazendo diferença nas Províncias de Espanha, segundo as gentes a vieram habitar. Depois desta barbária que se introduziu, veio a perdição de toda Espanha, que os Mouros assolaram, e destruíram, entre os quais ficaram os Espanhóis uns cativos, e outros tributários por partidos que de si fizeram, para lhes lavrarem as terras como seus ascrípticos, e inquilinos. E vivendo entre eles, corromperam ainda mais a língua meio Gótica e meio latina que falavam, tomando outros vocábulos dos Mouros, que ainda hoje nos duram. Depois deste cativo, vindo-se recuperar muitos lugares de poder dos Mouros, pelas relíquias dos Cristãos que da destruição dos Mouros escaparam nas terras altas de Viscaia, Astúrias e Galiza. E fazendo cabeças de alguns senhorios ficou aquela língua Gótica, que era comum a toda Espanha, fazendo alguma divisão e mudança entre si, cada um em sua região, segundo era a gente com que tratavam*”. (Lião, 1606:30; minha edição)

23. Uma interessante exceção é a discussão proposta por alguns tratadistas portugueses românticos, que contestaram a origem latina da língua portuguesa – sem grande repercussão na linhagem “*científica*” lingüística histórica. Veja-se, a exemplo, o interessante “*Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina*”, por D. Francisco de S. Luiz (1837); e a subseqüente “*Refutação*”, por F.A. das Chagas, em 1843. As duas obras estão disponíveis na coleção virtual da Biblioteca Nacional de Lisboa, <<http://bnd.bn.pt>>.

reflexão lingüística, ao invés de gerada no coração da Europa ocidental renascentista, tivesse florescido no interior de um mundo científico de influência árabe – no qual esta, portanto, fosse a herança que importasse valorizar<sup>24</sup>?

Vimos até aqui como a história das línguas ibéricas se relaciona ao problema da reconstituição das narrativas, levantando a questão dos condicionamentos históricos do ponto de vista da narração. Há entretanto um segundo aspecto interessante – ligado àquela questão mencionada mais acima, das implicações de não podermos trabalhar no âmbito dos acontecimentos, mas sim do que resta deles. Ora, um argumento que se poderia levantar como bloqueio ao questionamento sobre a relevância do contexto cultural *mourisco* para a reflexão sobre a história do português ou do castelhano seria o argumento *documental*: os testemunhos lingüísticos da fala medieval portuguesa e castelhana não apontariam para uma influência árabe.

Um primeiro ponto em que isto se revela é no diferente peso conferido, em cada caso, à questão do *contato* entre línguas. Isso é interessante, pois como veremos ao longo desta exposição, o lugar teórico atribuído ao contato lingüístico está fortemente ligado à relação entre a concepção de língua e a concepção de temporalidade nas diferentes abordagens históricas na lingüística. Aqui não podemos esquecer que os testemunhos do tempo são, eles mesmos, um efeito do tempo – noutros termos, os “*dados históricos*” são selecionados pelo tempo, representam o que se deixa conhecer. No caso da documentação sobre as línguas, os dados históricos principais são os registros escritos que chegam até nós. Ora, esses registros representam um fragmento dos acontecimentos. Mais que isso: um fragmento daquilo que *um determinado contexto histórico julgou relevante registrar*; que *um segundo momento histórico julgou importante preservar*; e que *um terceiro momento histórico considerou pertinente examinar*. Trazendo esse problema mais para perto, isso significa que como documentação das línguas espanholas medievais temos acesso, hoje, aos fragmentos da língua escrita nas cortes cristãs – por exemplo, os códigos de leis e outros documentos legais; as crônicas históricas dos feitos dos reis cristãos. Importantes e interessantíssimos fatos lingüísticos nos são revelados por estes testemunhos; não podemos esquecer, entretanto, que há todo um universo de fatos lingüísticos contemporâneos a eles, e aos quais não temos acesso por meio de documentação – porque tais fatos nunca foram registrados. Não foram julgados dignos de registro em sua época; ou não foram considerados dignos de preservação. Com isso, a verdade é que hoje podemos chegar a conhecer a linguagem dos reis e das cortes cristãs espanholas

---

24. Na reflexão gramatical dos séculos XVI e XVII, a influência árabe aparece pontualmente, e se reveste sobretudo de *item bélico* fundamental na atribuição de rudeza aos idiomas português e castelhano por seus respectivos detratores. Parecer com o árabe, assim, é uma acusação de dessemelhança com o latim. Os castelhanos gostam de apontar as nasais portuguesas como sinal de uma rudeza moura, enquanto os portugueses elegem as aspirações castelhanas como marcas desse mesmo passado nada louvável entre os castelhanos. Mesmo mais tarde, a influência árabe, na grande maioria dos estudos sobre as línguas ibéricas, tem sido relegada ao plano dos empréstimos lexicais (em particular no que toca a toponímia e o vocabulário tecnológico), havendo um consenso largamente estabelecido de que não houve conseqüências estruturais desse contato. Mais adiante, na seção 3, voltaremos um pouco a essa questão dos “resultados” do contato; embora ainda sem discutir em termos específicos, valerá lembrar que o argumento da semelhança lexical e morfo-fonológica das línguas ibéricas com o latim não nega necessariamente esse questionamento, uma vez que em casos mais extremos de histórias de contato – os crioulos – não se questionará a importância dos idiomas da base sintática, malgrado a semelhança de um crioulo com o idioma da base lexical.

medievais; mas ficamos com a pergunta: como falavam suas criadas quando iam comprar mariscos e temperos nos mercados, nos idos dos 1200?

Tentamos aqui discutir uma das maneiras pelas quais os estudos sobre os efeitos do tempo nas línguas absorvem as narrativas anteriormente construídas. Tanto no momento da escolha dos espaços empíricos e de seu recorte, como na escolha das perguntas que parecem valer a pena percorrer, os estudos se apóiam no conhecimento da história das línguas.

### 3. Caminhos ainda por trilhar

#### 3.1 As Temporalidades

*“A consciência da pluralidade dos tempos do tempo é o manifesto da História como complexidade.”*

L.F. Barreto<sup>25</sup>

Um debate interessante sobre os estudos históricos na lingüística poderia aproveitar a idéia da história como *complexidade*, a partir do passo teórico que possibilita às análises abandonar a abordagem do tempo como dimensão cronológica e linear, e conceber o tempo em *pluri-dimensões* – passo que outros estudos históricos propuseram já em meados do século XX. Essa concepção complexa do tempo traz a idéia da superposição de eixos temporais, com a atuação concomitante de ciclos distintos, tanto no eixo dos acontecimentos como no eixo do conhecimento.

Podemos examinar este desafio da abordagem das *histórias superpostas* nas realidades da linguagem de um modo lembrando o problema das “*histórias*” das “*Línguas Românicas*”, que vem aqui nos servindo de fio condutor.

Vimos que a concepção da relação genética entre os idiomas dessa “*família*” foi herdada do renascimento europeu, sistematizada pelos gramáticos oitocentistas, e tornada lugar-comum pela lingüística do século XX em geral. Vimos também uma outra abordagem, que explica a proximidade entre os idiomas “*neolatinos*” ocidentais com ênfase mais no contato pós-românico que na herança romana direta. Lembremos que há argumentos históricos interessantes no sentido de que a “*herança românica*” não seja a única herança que precisa ser levada em conta na reflexão sobre a história lingüística da Península Ibérica, por exemplo – salientando, neste caso, que à colonização românica seguem-se longos períodos sob o domínio de povos distintos (germânicos e árabes), configurando um contexto no qual a hipótese de uma situação importante de contato lingüístico não é descabida. Salientamos, a partir daí, que a história das línguas ibéricas é a história que pode ser contada, pelas escolhas dos problemas a serem investigados, pelos recortes documentais possíveis; a história que fez sentido histórico.

Mas deixamos em aberto a questão da “*herança estrutural*”, ou seja a pergunta: se a situação pós-românica na Península Ibérica era uma situação de contato lingüístico, por que não vemos resultados desse contato nos idiomas atualmente falados? Ora, para responder essa pergunta, precisaríamos definir o que são “*resultados esperados*” em situações de contato. De um ponto de vista estritamente orgânico, como de um ponto de vista estritamente estrutural, espera-se que o contato *imprima mar-*

---

25. Em “*Caminhos do Saber no Renascimento Português*”, 1986.

cas na língua – que resulte em estruturas mistas, léxicos mistos, fonologias mistas. Por exemplo, que em processos morfológicos ou fonológicos da língua formada por contato encontremos manifestos de processos próprios das línguas originárias. Entretanto, essa não é a única teoria possível sobre o contato como fator de mudanças lingüísticas. Por exemplo, do ponto de vista de um teoria da gramática como a proposta pelo gerativismo, uma situação de contato pode resultar em mudanças de gramática na medida em que provoque uma desestruturação da situação ótima de aquisição da linguagem em determinada população. Ou seja: a atuação do contato não será “detectável” pelo exame das suas pegadas nas estruturas da língua; mas pode ser concebida como uma atuação no processo de formação das possibilidades de se gerarem essas estruturas, com resultados imprevisíveis<sup>26</sup>.

Pensemos um pouco nas possíveis situações que daí podem surgir: em determinados planos, pode-se esperar algum grau de continuidade entre a língua (ou línguas) antiga e a nova. Será por exemplo o caso do léxico, tipicamente – pois é claro que uma geração de falantes não criará um léxico “novo” no espaço do seu tempo de aquisição; ao contrário, herdará a maior parte do léxico da geração anterior. Entretanto, em outros planos, uma ruptura radical é teoricamente concebível. Será por exemplo o caso da sintaxe; partindo da teoria da sintaxe gerativista, a mudança no valor de um único parâmetro pode alterar profundamente a lógica das possibilidades de geração de estruturas – ou seja, a mudança em um determinado ponto chave re-organiza e possibilita uma nova gramática. Isso significa que nesse caso, há uma mudança de gramática no espaço de uma geração. A geração da mudança, nessa hipótese, terá formado uma gramática nova (por definição independente da gramática anterior); a ruptura é radical nesse nível. Entretanto, logicamente essa mesma geração preservará o inventário lexical, fonético, semântico, da geração anterior. Seguindo nessa hipótese, a análise posterior desse processo poderá se dar em dois planos. O exame da produção lingüística da “nova geração” mostrará continuidade nos níveis do léxico, dos processos morfo-fonológicos etc. Mas poderá mostrar uma ruptura no nível da sintaxe.

A situação de dualidade que assim se formaria para as análises pode percorrer séculos da história de um idioma; e pode tornar extremamente complexa e interessante a tarefa de se classificar geneticamente e tipologicamente esse idioma em um grupo maior, um tronco ou família. Assim é que determinado idioma pode compartilhar grande parte (ou mesmo a maior parte) de seu léxico com um idioma geneticamente relacionado, mas ao mesmo tempo apresentar uma organização sintática radicalmente distinta, tipologicamente distinta. Um exemplo interessante é o português falado no Brasil, e o português falado na Europa, idiomas que podem ser descritos como línguas de léxico comum, com gramáticas distintas. Essa é a abordagem gerativista em relação a essas duas *gramáticas*<sup>27</sup> – sem que isso implique, necessa-

26. Imprevisíveis, está claro, no sentido orgânico. Pois para o gerativismo, os efeitos da desestruturação da experiência lingüística sobre o amadurecimento da gramática daquela nova geração serão, naturalmente, limitados pelas possibilidades da gramática universal. É isso, aliás, o que confere peso teórico aos estudos da mudança neste quadro.

27. São muitos os estudos recentes neste quadro que se dedicaram às diferenças entre a gramática do português europeu e a do português brasileiro nesses termos. Podem-se consultar, entre outros, “*Ensaio sobre as gramáticas do português*”, de C. Galves (2001); e o “*Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*”, organizado por M. Kato e I. Roberts (1996).

riamente, em concebê-los historicamente, culturalmente, geneticamente, como duas *linguas diferentes*.

Voltando então ao caso da família “românica”, e em especial, ao seu tronco ibérico: em um plano, os idiomas da antiga Hispania são Línguas Românicas no sentido mais amplo do termo: ou seja, são geneticamente relacionados com outros idiomas “filhos” do latim. Em outros planos, essa divisão genética deixa de ser relevante, e sua história pode ser melhor abordada levando em conta a longa e intrincada situação de contato a que estiveram expostos esses idiomas ao longo dos últimos 15 séculos. Nesse sentido, em um dos eixos de análise, faz sentido a concepção da gênese a partir do latim (e conseqüentemente o agrupamento tipológico de base genética no grupo românico); em outro eixo, a linearidade daquele primeiro eixo se perde, e a história desses idiomas é uma sucessão de ciclos catastróficos de mudança – ciclos para os quais uma relação orgânica de gênese e herança não tem significado analítico. Os dois planos são relevantes para a análise; a articulação entre os dois é o desafio das abordagens históricas.

### 3.2 Gramática e Temporalidades

*“As Gramáticas, na nossa perspectiva, são entidades psicológicas que emergem nas mentes dos indivíduos quando são expostos, na infância, a experiências desencadeadoras”.*

*Neste caso, o mistério central para a lingüística histórica é: por que ela existe?*

*Por que as línguas têm histórias?*

*Por que ocorrem mudanças?*

*Por que as línguas não são simplesmente estáveis?”*

D. Lightfoot<sup>28</sup>

Para a concepção da lingüística histórica tradicional, como vimos, é central a evidência de que as línguas mudam. Pois se testemunhamos diferenças entre etapas cronológicas que se sucedem; e se concebemos os eventos da língua como orgânicos, a diferença entre as etapas só pode ser conceituada como desenvolvimento ou evolução. Entretanto, a perspectiva estruturalista de sistema rejeita a noção de organicidade – ou seja, cada sistema tem sua própria lógica, independente da lógica do sistema que o precede cronologicamente. Nesse quadro, fundou-se um objeto-língua que não muda naquele sentido orgânico – pois é um objeto que só tem sentido analítico na estaticidade. A rejeição da perspectiva estruturalista, nos meados do século XX, remeterá por sua vez a outros deslocamentos do foco de análise. No caso da fundação da perspectiva mentalista-chomskiana, o objeto-língua constrói-se novamente no plano do estável: neste caso, a estabilidade abstrata de uma capacidade mental. A *faculdade da linguagem*, essa capacidade mental, é portanto novamente um objeto-língua que não comporta a noção de *mudança* em sentido orgânico – ou seja, não evolui, não se transforma, não se desenvolve<sup>29</sup>. A mudança lingüística pode

---

28. Em Lightfoot (1999).

29. Saliente-se: ao menos, não no tempo *histórico*. A mudança na faculdade da linguagem pode ser pensada no tempo *da evolução* – mas esse é campo a que não nos dedicamos; remeto a S. Pintzuk, na introdução a “*Diachronic Syntax*” (2000), para uma breve discussão desse aspecto.

ser uma noção desafiadora a depender da concepção de linguagem; é o caso do quadro teórico mentalista-chomskiano.

O objeto da lingüística para o gerativismo não está na estrutura, mas na *possibilidade de se gerarem as estruturas*, ou seja, a gramática. A dimensão do heterogêneo nas línguas humanas está localizada, neste quadro, em diferentes instâncias da faculdade da linguagem: ou seja, gramáticas particulares, limitadas pela gramática universal. As gramáticas particulares não são *transmitidas*, e nem devem ser confundidas com o conjunto das estruturas possíveis – a aquisição da linguagem, para os gerativistas, é um processo no qual as gramáticas *amadurecem* a partir do contato da criança com a experiência lingüística. Nesse contexto, a evidência empírica da *mudança lingüística* tem colocado problemas profundamente desafiadores para os gerativistas – para D. Lightfoot:

*Gramáticas, em nossa perspectiva, são entidades mentais que emergem nas mentes dos indivíduos quando eles são expostos, na infância, a alguma experiência detonadora. Neste caso, o mistério central para quem estuda a história das línguas é: por que eles têm algo a estudar; por que as línguas têm histórias? Por que acontecem mudanças, por que as línguas não são estáveis em geral? (Lightfoot, 1999:52.*

Em algumas das principais abordagens no quadro mentalista-chomskiano, a mudança lingüística tem sido conceituada como um evento catastrófico que abala a experiência lingüística de determinada geração de falantes. Ou seja, em condições ideais, as gramáticas seriam sempre adquiridas sem mudança; entretanto, condições externas adversas podem abalar este processo e impedir que uma determinada geração de falantes adquira uma gramática da mesma forma que a geração anterior a adquiriu<sup>30</sup>. Nesta perspectiva, as gramáticas de fato não *mudam* (em um sentido “orgânico”, ou seja, de um organismo que evolui ou se desenvolve), mas sim são substituídas por outras gramáticas.

Notemos, portanto, que enquanto objeto teórico, a “evolução” das *estruturas* ou *atos de língua* não toma sentido no quadro mentalista-chomskiano. Se a linguagem é a *gramática* (ou seja, a possibilidade de se gerarem estruturas), as gêneses dos processos não devem ser buscadas nos eventuais *rastros* deixados nas estruturas. Nesse sentido a reconstrução pelo método comparativo escapa inteiramente ao quadro teórico e metodológico gerativista. A gênese dos processos de mudança só pode ser buscada, nesse quadro, na análise comparativa de estruturas produzidas em etapas cronológicas sucessivas, com a pergunta fundamental: *como se dá o processo pelo qual a possibilidade de se gerar a estrutura “A” foi abandonada, e substituída pela possibilidade de se gerar a estrutura “B”?* Ou seja, o que provocou e como se deu a substituição das gramáticas?

Os estudos gerativistas da mudança têm apontado diferentes processos que podem *abalar* a situação ótima de experiência lingüística. Os mais evidentes são os grandes desloca-

30. “Se as pessoas produzem enunciados que correspondem de modo razoável à capacidade de suas gramáticas, então deveríamos esperar que as crianças expostas a esta produção convergissem para a mesma gramática. É o que se esperaria, se as gramáticas têm estabilidade estrutural, como já defendemos. (...) Neste caso, a mudança diacrônica só seria esperada se houvesse alguma grande perturbação devida a movimentos populacionais. Não apenas é o que se esperaria num plano ingênuo ou pré-teórico; é também o que muitos modelos de aprendizagem nos levariam a esperar” Lightfoot, 1999:52.

mentos populacionais, e as situações intensas de contato; nesses contextos são descritos casos de mudanças catastróficas, como a crioulização. Entretanto, outros estudos têm apontado para situações externas um pouco mais sutis como causa última de mudanças – por exemplo, alterações no ambiente sócio-lingüístico por meio de contato dialetal. De todo modo, o ponto interessante aqui é observar que por necessidade teórica, a causa última da mudança gramatical – ou melhor, da substituição de gramáticas – deve ser localizada na experiência lingüística, ou seja, em um plano externo ao objeto-língua<sup>31</sup>.

Aqui retornamos àquela questão da acepção da mudança como internamente motivada ou externamente motivada – e portanto, à abordagem da instabilidade, ou mesmo da concepção de língua como objeto estável ou variável. Na acepção mais tradicional da lingüística oitocentista, como vimos, as línguas engendram suas mudanças (portanto, a mudança é fundamentalmente *interna*, e o sistema, *instável*); aqui, o objeto-língua (a gramática) é visto como estável – e a mudança, portanto, como externamente motivada. Volta à baila, assim, a relevância do contato como fator causador de mudanças nas línguas. A relevância do contato como fator nas teorias da mudança revela, também, qual a dimensão que se confere ao “*fator tempo*” em cada abordagem; nas abordagens em que o tempo é, fundamentalmente, uma força cronológica unidimensional (como na tradição oitocentista), a questão do contato aparece como menos relevante. Na perspectiva da teoria da gramática gerativa, os efeitos do tempo precisam ser concebidos menos como uma força gradual e linear, e mais como uma força desestabilizadora que pode atuar em golpes imprevistos e catastróficos – e nestes casos, a questão do contato volta ao centro das atenções.

Vamos ressaltar um último ponto importante: na perspectiva gerativista, a gramática é o lugar da estabilidade; a língua, não; ainda segundo D. Lightfoot,

*As gramáticas, portanto, são entidades reais, biológicas, representadas nas mentes de cada indivíduo. Por outro lado, uma língua, como Ulisses, é uma criatura mítica, imaginária. Pode ser uma ficção útil e conveniente, como o próprio Ulisses, ou como o pôr-do-sol; mas na realidade trata-se de um epifenômeno, trata-se da produção conjunta de um conjunto de gramáticas. Veremos que uma língua não é uma entidade coerente, bem definida.* (Lightfoot 1999).

Ora, a investigação dos processos de mudança vem obrigando a teoria gerativa a enfrentar uma questão definidora para o quadro: a linha que distingue, nos fatos de língua, a dimensão da *gramática* da dimensão da *língua*. Pois ao se propor estudar a história das línguas, o que o lingüista terá diante de si será aquela criatura “*mítica e imaginária*”, aquela “*entidade não-coerente e não-definível*”, aquela sereia de Ulisses – ou seja: a língua. Interessantes problemas metodológicos surgem dessa contingência de se trabalhar com as línguas, tendo por objeto as gramáticas.

---

31. É verdade que uma das linhas de pesquisa sobre aquisição e mudança no quadro gerativista investiga a instabilidade nas próprias gramáticas. Ou seja, localizam a potencialidade de variação e erro no sistema de aquisição (remeto por exemplo ao algoritmo de aquisição de Clark e Roberts, 1993). Evidentemente, as teorias de aquisição e mudança nesse quadro precisam investigar quais os pontos da arquitetura da gramática que comportam *variação-erro-mudança*. No entanto, em algum ponto-limite, se torna sempre necessário invocar um agente externo de perturbação da lógica da gramática. Para uma discussão interessante sobre a localização da variação (e portanto, da mudança) na arquitetura da gramática a partir do modelo chomskiano minimalista, remeto mais uma vez a S. Pintzuk (2000).

É verdade que os lingüistas no quadro gerativo estão sempre diante desta contingência. Mas a metodologia da lingüística gerativa construiu um mecanismo que, em tese, dá suporte analítico à investigação: a pesquisa nesse quadro teórico se dá como *experimentação*. O que os gerativistas fazem, quando estudam as gramáticas, é partir da produção lingüística como dado empírico, e propor experimentos nos quais se consulta a intuição gramatical dos falantes. É de fato o julgamento dos falantes sobre os dados (e não os dados imediatos) o objeto da observação e da investigação nessas pesquisas. O acesso à intuição dos falantes é portanto a ferramenta metodológica fundante, que dá sentido e possibilita a análise dos fatos da gramática.

Evidentemente, essa ferramenta não está disponível para o estudo de línguas faladas no passado. E se em um primeiro momento, a lingüística gerativa se ocupou da diacronia conferindo pouca importância para este problema “*técnico*”, em tempos recentes essa encruzilhada metodológica vem sendo considerada central. As pesquisas sobre mudança gramatical têm procurado construir metodologias mais adequadas para o trabalho com os dados históricos; sobretudo, buscam apoiar-se na ampliação dos universos empíricos de análise, com grandes recolhidas de dados e quantificação estatística. No entanto, e este é o passo interessante, a análise desses dados precisa ser enfrentada de forma mediada; a evolução dos fatos de língua não é a evolução das gramáticas, mas apenas seu possível *reflexo*<sup>32</sup>.

Voltando a essa nossa questão das temporalidades, podemos pensar que na *substituição das gramáticas* opera o *tempo catastrófico* e a *ruptura*; nas *alterações graduais* das línguas opera o *tempo linear* e a *herança*.

As unidades temporais fundamentais para a teoria da mudança no quadro gerativo são os ciclos de “*transmissão*” ideal da gramática; no interior de cada ciclo assim concebido, tudo corre como esperado, e as possibilidades de se gerarem estruturas (isto é, as gramáticas) funcionam de modo ótimo. Cada um desses ciclos, entretanto, pode ser interrompido por eventos catastróficos – definidos, nos termos da teoria da gramática, como eventos externos em sua gênese, mas que terão efeitos na língua. O efeito fundamental dos eventos externos em termos de mudança é o de abalar a situação ótima de experiência lingüística, afetando assim o surgimento de uma gramática particular em determinada geração. As conseqüências desses processos de perturbação são imprevisíveis, podendo ir da interrupção mais radical (por exemplo em situações de crioulização) às alterações menos globais, que podem ser conceituadas como mudança paramétrica, mas não são necessariamente experimentadas como mudança de *língua*<sup>33</sup>.

Entretanto, e é esse o ponto de interesse, essa sucessão dos ciclos temporais gramaticais entrecortados por catástrofes é uma análise *teórica*; mas não se imprime necessariamente no eixo da vivência empírica. No eixo do factual (que como já vimos, remete à dimensão do temporal-cronológico, do experimentado) a sucessão de eventos pode se apresentar como gradual – seja no tempo do acontecimento

32. O termo *reflexo* surge da investigação que dá início, no ambiente gerativista, a esta busca por uma pesquisa com dados aliada à uma mediação teórica da análise: o “*Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change*”, de A. Kroch, em 1989.

33. Já veremos que esse pode ser o caso da mudança gramatical que separa, para os gerativistas, o português do Brasil e o português europeu como gramáticas distintas, embora sejam imaginadas pelos falantes como uma mesma língua



(pela percepção necessariamente limitada da vivência empírica), seja no tempo da narrativa (pelas condições de reconstrução da temporalidade a que também já nos referimos). Daí se explicaria a aparência quase sempre gradual das mudanças lingüísticas no plano documental, ou seja: assim se explicaria o fato de que um acontecimento catastrófico por necessidade teórica – a substituição de gramáticas – imprime testemunhos linearmente graduais.

Os estudos da mudança no ambiente gerativista hoje podem levar a perspectivas interessantes quanto à relação entre Tempo e Língua. Pode-se vislumbrar a possibilidade bastante desafiadora de se conceber, no quadro da teoria da gramática, uma teoria da mudança que leve em conta o problema dos *tempos do Tempo* – ou seja, que absorva a complexidade do tempo pluridimensional.

Mas como só se podem fazer hipóteses sobre as gramáticas com base nos registros das línguas, surge o desafio – talvez paradoxal – da articulação entre uma teoria complexa das gramáticas e uma reflexão historiográfica crítica.

#### 4. Reflexões Finais

“... Como se poderia, então, perceber,  
no sincronismo de um só instante,  
e como por transparências,  
as histórias diferentes que a realidade superpõe?”  
E. Braudel

São interessantes as perspectivas da lingüística histórica quando conjuga os diferentes quadros teóricos sobre a linguagem a uma concepção crítica das temporalidades. Noutros termos: quando se propõe a perceber “*como por transparências*” as múltiplas histórias superpostas nas diferentes realidades da linguagem.

Quando buscamos uma perspectiva efetivamente histórica, e não apenas diacrônica, no estudo lingüístico, precisamos refinar e tornar crítico o nosso olhar sobre o “*discurso do tempo*”. Precisamos lembrar que as novas narrativas se constroem com base nas narrativas anteriores; e que podemos refletir sobre aquilo que resta a narrar.

Nesse sentido, os estudos históricos da língua precisam partir de uma postura historiográfica crítica. E podemos entender que isso se aplica a todo estudo histórico da língua – em qualquer quadro teórico. Vimos por exemplo que no caso dos estudos da mudança no quadro gerativo, será fundamental propor uma diferença entre *mudança gramatical* e *mudança lingüística*, o que traz interessantes desafios metodológicos – como já vimos, pelo problema fundante de se trabalhar com a língua, querendo refletir sobre as gramáticas; mas também questões interessantes para a reflexão que desenhamos aqui, sobre o problema das temporalidades.

Chegamos então a um bom momento para voltar àquela proposta de análise do trabalho da lingüística histórica como conjunção de diferentes idéias de língua e de história. No que toca a *idéia de língua*, se concebemos o objeto dos estudos da linguagem como as *estruturas produzidas*, então nos interessará principalmente o eixo temporal em que se movimentam as alterações nas estruturas – esse, em geral, um movimento gradual; e no qual identidades genéticas e relações de herança são mais

propriamente analisadas. Se concebermos o objeto dos estudos da linguagem como a entidade mental que organiza as possibilidades de se gerarem estruturas (ou seja: a gramática no sentido mentalista), então nos interessará principalmente o eixo temporal em que se movimentam as alterações nos processos de aquisição das gramáticas – essa, em geral, uma dinâmica cíclica em que podem se intercalar estagnações e catástrofes.

Entretanto, aqui entra a *idéia de História*. Pois um e outro eixo, vamos lembrar, pertencem à esfera da análise: são olhares, lugares de observação dos acontecimentos. Noutros termos, são planos do *tempo do conhecimento*, não do *tempo do acontecimento*. A História não se ocupa da reconstituição dos acontecimentos no tempo, mas sim das possibilidades de articulação entre o acontecer e o conhecer. Lembrando as palavras de Barreto: importa à história a *consciência da pluralidade dos tempos do tempo*. Faz-se necessário, neste sentido, refletir criticamente sobre as condições do conhecimento – o recorte das análises, a herança das narrativas passadas, as contingências da nossa própria narração. E, como já sugerimos mais acima, essas contingências são inerentes ao trabalho historiográfico.

Os desafios para a lingüística histórica hoje, na sua dimensão de *lingüística*, têm sido enfrentados sobretudo na procura pelo alargamento dos horizontes empíricos, e na absorção dos desenvolvimentos recentes das teorias da linguagem no que respeita a mudança lingüística.

Mas há também desafios para a área na sua dimensão de *Histórica*: entre eles, o de uma atuação crítica, que busque um resgate das narrativas anteriores, repensadas a partir dos pontos de vista que se podem formar hoje.

A partir dos desafios trazidos pelas abordagens temporais – em uma concepção complexa, dialética, plural da dinâmica do tempo – as perspectivas da própria lingüística podem sofrer transformações interessantes. Não pelo encontro de novas soluções – ao contrário, pela proposição de novos problemas<sup>34</sup>.

---

34. Nunca esquecendo as palavras de L Févryre: “*Problemas difíceis, eu sei – e a dificuldade vai desde a criação desses problemas que precisam ser inventados, à sua colocação em forma própria e à demonstração de que há problemas onde ninguém vê problema algum. Que a dificuldade não nos desanime entretanto*”. Pois “*O historiador não é aquele que sabe, mas sim aquele que procura*”.

## PONTOS A RETER

Neste texto, refletimos sobre a lingüística histórica como o campo de conhecimento onde se articulam diferentes concepções de língua e diferentes concepções de história. Ou, em termos mais gerais: como o lugar onde a reflexão lingüística acaba se deparando com os processos e os efeitos do tempo.

1. Na parte 1, partimos de uma breve recapitulação do que foi a lingüística histórica no século XIX e no século XX:

- Vimos que a reflexão histórica oitocentista funda a lingüística como disciplina científica;
- Vimos que quanto à reflexão dos 1900, é fundamental entender o corte representado pelas propostas de Saussure, que funda a lingüística geral em contraposição à histórica.
- Na herança do estruturalismo, os estudos sobre a “mudança lingüística” irão se desenvolver como estudos diacrônicos.
- Os estudos históricos de base documental, no decorrer do século XX, se deslocam para outros lugares de análise, como por exemplo a tradição filológica.
- Em meados do século, a formação do sócio-variacionismo irá se contrapor à construção estruturalista da língua abstraída de sua realidade histórica. Neste processo, herdará num primeiro momento as narrativas documentais legadas pelos estudos históricos da primeira metade do século.

2. Na parte 2, tentamos considerar alguns aspectos conceituais importantes:

- A distinção entre diacronia e história.
- A diferença entre abordagens experimentais e documentais.
- A historicidade como problema fundante da lingüística histórica, por conta da contingência da recomposição das narrativas.
- Lembramos então um exemplo da importância da recomposição das narrativas, no caso da história das línguas românicas.

3. Na parte 3, defendemos que a lingüística histórica é fundamentalmente um fazer historiográfico:

- Trata-se aí, sempre, de pensar *sobre* o tempo.
- As contingências do fazer historiográfico serão relevantes seja qual for a perspectiva teórica que se tome em termos de concepção de língua.
- Vimos, por exemplo, como elas podem ser relevantes em um quadro teórico que concebe a língua como entidade mental, como o gerativismo.

## PARA REFLETIR

1. A lingüística histórica encerra interessantes desafios de análise, na conjunção de uma postura historiográfica crítica com os desenvolvimentos recentes das teorias da linguagem.

2. Independentemente do nosso recorte teórico no plano da *concepção de língua*, quando pensamos a *história das línguas* estamos no fazer historiográfico, pois estamos pensando o passado a partir do presente. O interesse pelo efeito do tempo sobre a língua terá diferentes implicações a depender das diferentes concepções desse objeto-língua; mas todas as perspectivas terão em comum o problema do passar do tempo.

3. Neste sentido, se é verdade que do ponto de vista estrito da *lingüística*, as diferentes concepções de língua têm seus diferentes lugares epistemológicos, suas diferentes lógicas de análise (que quase nunca dialogam entre si), da perspectiva *histórica*, todos os eixos precisam ser trazidos para a análise, se buscamos uma reflexão de fato interessante.

## LEITURAS RECOMENDADAS

Algumas obras citadas neste artigo podem ajudar a preencher as inevitáveis lacunas aqui deixadas, e constituem leitura de grande interesse para quem deseja iniciar um percurso de aprendizado nesta área:

1. Sobre os percursos da lingüística histórica desde o século XIX até os finais do século XX:

1.1 No ***Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem***, de **O. Ducrot e T. Todorov (1972)**, as principais linhas da tradição oitocentista encontram-se explicadas. Tradução brasileira: “Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem”, São Paulo, Perspectiva, 1988.

1.2 ***Historical Linguistics***, de **L. Campbell (2000)**, é estruturado em forma de um curso inicial que percorre os principais aspectos do método histórico-comparado.

1.3 Um debate teórico aprofundado sobre a questão do contato lingüístico desde a tradição oitocentista até os estudos tipológicos do século XX pode ser encontrado em ***Language contact, creolization and genetic linguistics***, de **S.G Thomason e T. Kaufman: Kaufman, T. e Thomason, S.G. (1988)**.

1.4 Outro debate teórico de extremo interesse, especialmente no que se refere aos estudos da mudança no século XX, é proposto em ***Sistema, Mudança e Linguagem*** de **D. Lucchesi: Lucchesi, D. (1997)**.

## 2. Sobre a história das Línguas Românicas e do Português:

2.1 **Lingüística Românica, de R. Ilari (1992)**, resume os principais aspectos da história das línguas românicas, desde a dialeção do latim vulgar até a formação das línguas nacionais contemporâneas, com farta exemplificação e referências históricas.

2.2 Quanto à formação do português brasileiro, uma obra de referência é o volume editado pelo projeto **Para a História do Português Brasileiro em 1998: Castilho, A (org) (1998)**. No quadro da teoria gerativa da gramática, foi seminal o volume organizado por M. Kato e I. Roberts com o título **O Português Brasileiro – Uma viagem Diacrônica: Kato, M. e Roberts, I (orgs) (1996.)**

## 3. Sobre os desafios teóricos e metodológicos do trabalho em lingüística histórica no quadro gerativo:

3.1 Duas obras principais lançaram os termos deste debate, e são referências cruciais na área. De um lado, o artigo de A. Kroch sobre a metodologia quantitativa adaptada ao quadro teórico gerativista: **Kroch, A. (1989), “Reflexes of grammar in patterns of language change”**. De outro lado, há o livro **The development of language: Acquisition, change, and evolution, de D. Lightfoot (1999)**, sobre a teoria da mudança neste quadro.

## BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, L.F. *Caminhos do saber no renascimento português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1986.
- BRAUDEL, F. (1949). *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Tomo II. Tradução de Mario Monteforte Toledo, Wenceslao Roces e Vicente Simón. México, Fondo de Cultura Económica, 2ª edição em espanhol, 2002.
- CAMPBELL, L. *Historical linguistics*. Cambridge, MIT Press, 2000.
- CASTILHO, A (org.). *Para a história do português brasileiro – Primeiras idéias*. São Paulo, Humanitas, 1998.
- CLARK, R. e ROBERTS, I. “A computational model of language learnability and language change”. In: *D.E.L.T.A.*, nº 8, pp. 53-103, 1993.
- COSERIU, E. (1921). *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. São Paulo, Presença, 1979.
- DUCROT, O. e TODOROV, T. (1972). *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo, Perspectiva, 1988.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- ILARI, R. *Lingüística Românica*. São Paulo, Ática, 1992.
- KATO, M. e ROBERTS, I (orgs.). *O Português Brasileiro – Uma viagem Diacrônica*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

- KAUFMAN, T. e THOMASON, S.G. (1988). *Language contact, creolization and genetic linguistics*. Los Angeles, University of California Press, 1988.
- KROCH, A. “Reflexes of grammar in patterns of language change”. In: *Language Variation and Change*, nº 1, pp.199-244, 1989.
- LIÃO, D.N. (1606) – “Origem das Língua Portuguesa”. Lisboa, Pedro Craesbeck. BN Res. 277//1 V; fac-símile <<http://purl.pt/50/>>, 28.04, 2005.
- LIGHTFOOT, D. *The development of language: Acquisition, change, and evolution*. Malden, Blackwell/Maryland lectures in language and cognition, 1999.
- LUCCHESI, D. (1997). *Sistema, Mudança e Linguagem*. São Paulo, Parábola, 2004.
- MAURER Jr, T. “A Unidade da România Ocidental.” In: *Boletins de Filologia Românica*, 126. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 1951.
- MÜLLER, M. (1871). *Lectures on the science of language*. Vol I, New York, Scribner (segunda edição revista, 1890).
- PINTZUCK, S., TSOULAS, G. e WARNER, A. (Orgs.). *Diachronic syntax, models and mechanisms*. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- SAID ALI, M. (1921). *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 3ª edição, 1964.
- SAUSSURE, F. (1916). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo, Cultrix, 1995.
- SCHUCHARDT, H. “Slavo-deutsches und Slavo-italienisches”. In: Graz, Leuschner e Lubensky, 1884.
- SILVA NETO, S. *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro, Presença/MEC, 3ª edição, 1977.